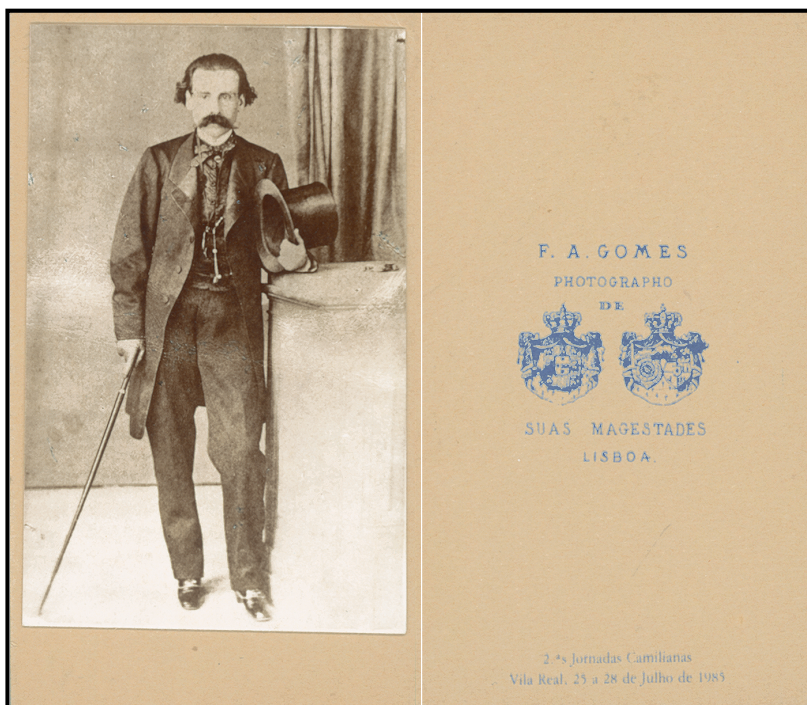


Revista de cultura trasmontana e duriense



Revista *Tellus*
Câmara Municipal de Vila Real

Tellus, n.º 52

Revista de cultura trasmontana e duriense

Director: A. M. Pires Cabral

Edição: Grémio Literário Vila-Realense / Câmara Municipal de Vila Real

Vila Real, Junho de 2010

Tiragem: 300 exemplares

ISSN: 0872 - 4830

Composto e impresso: Minerva Transmontana, Tip., Lda. — Vila Real

Os artigos assinados são da responsabilidade dos respectivos autores.

Embora dispensando-lhes a melhor atenção, TELLUS não se obriga a publicar quaisquer originais.

Autoriza-se a transcrição, no todo ou em parte, do material contido neste número, desde que citada a origem.

TELLUS encara favoravelmente quaisquer modalidades de permuta e/ou colaboração com outras publicações nacionais ou estrangeiras.

TELLUS faculta aos seus colaboradores a tiragem de separatas dos seus artigos, correndo as despesas por conta daqueles.

Imagens de Camilo e do seu Mundo*

João Bigotte Chorão

Realiza-se esta sessão na sede do *Diário de Notícias*, a que José Viale Moutinho esteve profissionalmente ligado, e em que noutro tempo colaborei, não no corpo do jornal mas na página de “Artes e Letras”, dirigida com largo e generoso critério por Natércia Freire, cuja memória evoco gratamente. Como não sou adepto do pensamento único, nem sempre concordei com artigos de Viale Moutinho, e ele também terá discordado de textos meus.

Além da cordialidade de trato dos nossos poucos encontros, o que sempre nos aproximou foi Camilo. Numas Jornadas Camilianas de Vila Real, exemplarmente organizadas por A. M. Pires Cabral e Elísio Amaral Neves — e tanto contribuíram para reanimar o interesse por Camilo — é que nos encontramos pela primeira vez, em 1986. Três anos depois, voltámos a coincidir numa nova edição — a sexta — nas mesmas Jornadas. Se Viale Moutinho não apresentou aí nenhum trabalho, o seu temperamento exuberante não deixou de animar os encontros e o convívio entre os participantes. Uma das facetas de Camilo é precisamente a lúdica, com que ele pretendia disfarçar a sua alma agónica.

Depois disso, raros e circunstanciais e breves os nossos encontros, em que vinha à baila Camilo e um projecto de fotobiografia, sempre adiado. Não, certamente, por falta de material, que, de tão vasto, reclama todo um moroso trabalho de selecção, e também por falta de tempo, disperso por mil compromissos. E o tempo, disse-o numa síntese fulgurante, que muitas vezes cito, o escritor brasileiro Gustavo Corção, o tempo é “o único inimigo que ataca fugindo”. Com o ónus de cargos e

* *Texto lido na apresentação da obra Memórias Fotobiográficas de Camilo Castelo Branco, de José Viale Moutinho, que teve lugar em 2 de Dezembro de 2009.*

encargos, o tempo foge a Viale Moutinho, autor de uma obra de criação pessoal a solicitá-lo, no campo da ficção e da poesia, distinguida aliás por vários prémios, que se estenderam ao jornalismo e à reportagem. Desses galardões, menciono só o Grande Prémio de Conto Camilo Castelo Branco, atribuído pela Associação Portuguesa de Escretores, em 2003, a *Cenas da Vida de um Minotauro*.

Da sua bibliografia camiliana, uma referência especial para um livro que suspeito ter passado quase despercebido, *Poses para um retrato na época* (2005). Título talvez desconcertante para uma antologia de textos sobre Camilo, “visto pelos seus contemporâneos” —, textos recolhidos, anotados e prefaciados por Viale Moutinho. Camilo foi, sem dúvida, um escritor muito lido e de renome no seu tempo. Não só os seus livros, mas a sua polémica e romanesca personalidade atraíram a curiosidade dos seus confrades e do público em geral. Não declarou ele próprio, na derradeira e patética carta ao médico em que pôs a sua desesperada esperança, que era o “representante de um nome que teve alguma reputação gloriosa neste país, durante 40 anos de trabalho”? O que será menos conhecido é o que de Camilo disseram, em vida dele, escritores e jornalistas como Trindade Coelho, Júlio César Machado, Cândido de Figueiredo, Sampaio Bruno, Luciano Cordeiro, Moniz Barreto, Ricardo Jorge e, por último mas o primeiro em fidelidade, Alberto Pimentel. Outros contemporâneos, amigos ou não de Camilo, escreveram sobre ele boas páginas, mas já postumamente: Ramalho, Fialho, Raul Brandão, Luís de Magalhães, Mariano Pina, Manuel Laranjeira.

Numa época como a nossa, pródiga em biografias autorizadas ou não autorizadas, de autores vivos e activos, parecerá surpreendente que a um escritor de nomeada qual é Camilo não lhe tenha sido dado ler senão dois livros a seu respeito: o de Vieira de Castro, exaltado na defesa do romancista, como se (não adivinhando o que lhe estava reservado) pleiteasse em causa própria. “Supérflua biografia”, diz o biógrafo, e diz bem, pelo rasgo retórico de um orador muito aplaudido então. Mais equilibrado o livro de Sena Freitas, compassivo padre que não hesitava em absolver um homem com má fama de “pecador público”. Se era compassivo para o drama físico e espiritual do escritor, admirava nele o génio literário, dom a que não era insensível um prosador de pulso como Sena Freitas. No próprio ano da morte de Camilo (1890) é que aparece a primeira biografia digna desse nome: *O Romance do Romancista*. Não sendo um grande livro, é rico de dados colhidos em primeira mão, em conversa com Camilo e coevos seus. Com um longo salto chegamos a *O Romance de Camilo* (1955), de Aquilino Ribeiro, de melhor prosa, mas de menor empatia. O grande prosador solar ter-se-á empenhado em acentuar as sombras de uma vida já de si sombria, o que desagradou a camilianistas também admiradores e amigos de Aquilino. Mais amigos, porém, da verdade, viram no Romance o que é próprio do romance: uma efabulação, em que o protagonista se chama Camilo.

O qual também efabulava e dava a mão à palmatória: “o verdadeiro, em romances, nem sempre é o belo, e raríssimas vezes é o bom”.

Reduzida a bibliografia passiva de Camilo em vida sua. Os tempos eram outros, menos exibicionistas e mais cautos em matéria de privacidade. Assistimos hoje à impaciência ou à febre do êxito a qualquer preço, à precipitada beatificação sem prévio e prudente e moroso processo. Quem não crê na eternidade e aposta na contingente perenidade literária, não se poupa a canseiras para ser coroado — e já!

Apesar do seu cepticismo e do seu arдил em depreciar o que escrevia, sem futuro à vista, Camilo diverte-se a imaginar que, “por virtude de metempsicose”, ele vai reaparecer “na sociedade do século XX”, e ter a surpresa de encontrar leitores de *Amor de Perdição* e — surpresa das surpresas — com lágrimas nos olhos.

Peço desculpa destas digressões — já Camilo se queixava delas, mas as suas eram saborosíssimas — e retomo o fio à meada. Não me afastei tanto de Camilo e de Viale Moutinho como parece. Ele é que, com a antologia *Poses para um retrato na época*, me desviou do caminho, que continua a ser o de Camilo e do mundo camiliano. Dessa antologia partimos já para as “memórias fotobiográficas”, como o autor chama ao seu ponderoso livro. Se ali têm, digamos assim, visibilidade os textos, aqui são as ilustrações que têm a primazia. É inesgotável a iconografia camiliana. Com a personagem central, fotografada ou retratada por pintores ou caricaturistas, a família, os amigos e inimigos, os actores secundários e os figurantes, a geografia e a toponímia camilianas — a Samardã, Ribeira de Pena, Friúme, Vila Real, Porto, S. Miguel de Seide, Famalicão, Braga, Viana do Castelo, o “fojo do lobo”, o Douro, o Tâmega, em gravuras da época ou na actualidade.

Viale Moutinho optou por deixar “falar” as ilustrações ou dar a palavra aos que, ao longo do tempo, escreveram, com maior ou menor felicidade, sobre Camilo. Reservou para si a introdução — “Para um tempo camiliano” — e a abertura de cada uma das 7 secções das “memórias fotobiográficas”. Pela mão do guia, revisitamos o mundo de Camilo, a que ele imprimiu maior importância ou tirou da obscuridade. As pegadas do escritor é que nos levam a certos lugares, que visitamos com uma emoção quase sagrada. E revisitamos consequentemente a vida e a obra de Camilo, relembrando grandes páginas e outras que já havíamos esquecido ou nunca tínhamos lido. Cartas de e a Camilo, nunca publicadas ou pouco divulgadas, têm o peculiar interesse dos escritos privados, que nos revelam confidências ou desabafos.

Documento de óbvia importância o da investigação judicial sobre o suicídio de Camilo. Uma cronologia alargada à vida portuguesa e à vida internacional situa o escritor na sua época. Porque nenhum homem é uma ilha, ninguém fica imune ao que se passa à sua volta. Enfim, uma bibliografia, naturalmente seleccionada,

por força da extensão dos escritos sobre Camilo. Sem me querer sobrepor ao critério do autor, sempre direi que duas obras, muito diferentes, gostaria de ver referidas nessa bibliografia: a biografia não canónica escrita pelo génio visionário de Pascoaes, que sondou a alma agónica d' *O Penitente*, e aquela luminosa *Sombra Picada das Bexigas* de um camilianista de clara prosa que se chamou João de Araújo Correia.

Dedica Viale Moutinho o seu livro a Agustina Bessa Luís. Escritora camiliana, a autora de *Fanny Owen* explora, com o seu génio próprio e a sua densa prosa, o país nortenho, palco de complexas paixões.

Quem percorre a extensa galeria das personagens de Camilo, nascidas sob “estrelas funestas”, é tentado a ficar agarrado ao cliché de um romantismo cedíço. Mas quem leia Camilo com outros olhos, admira-se ao deparar um escritor que escreve para os nossos dias. A sátira *A Queda dum Anjo* não visa os maus costumes políticos e parlamentares? Pois não vemos aí a política, não a servir o bem comum, mas ao serviço do bem particular? Não vemos aí deputados da oposição a saltarem agilmente para a bancada do Governo, não por convicção, mas porque é penosa a travessia do deserto? E se dermos a palavra ao jornalista — Camilo sempre militou na imprensa —, podemos encontrar uma pérola como esta: “A imprensa, atalaia vigilante, [...] tem hoje retraída a sua voz poderosa. E, contudo, a imprensa ninguém a supunha até hoje manietada ao poste das conveniências, que muitas vezes é um poste de ignomínia”. E mais adiante: “[...] sucessos há que se apresentam de tal modo ostensivos às discussões da praça, que seria supérflua a missão da imprensa, circunscrita ao simples encargo de relatá-los”.

Tombo heráldico do concelho de Vila Real - V

Joaquim C. Barreira Gonçalves



1. Classificação: heráldica de família
2. Localização: no Jardim da Carreira
3. Datação: Séc. XVIII
4. Descrição heráldica:
 - escudo: de fantasia; elmo de grades de frente, paquife e timbre, o conjunto assente sobre uma cartela decorativa, tudo em granito.
 - composição: partido
 - leitura:
 - I — cinco cescentes
 - II — uma cruz potenteia vazia
 - Identificação: são as armas das famílias:
 - I — Pinto — de prata, com cinco crescentes de vermelho, postos em sautor.

II — eixeira – de azul, com cruz de ouro potenteia e vazia.

Diferença: brica carregada com uma folha ou estrela¹

Timbre: unicórnio

5. Comentário:

A presente pedra-de-armas encontrava-se no alçado principal da habitação da família Teixeira Pinto, na Rua Nova, da qual foi apeada em virtude das obras de reconstrução por que a mesma passou. Depois de retirada da frontaria foi recolhido no Jardim da Carreira. Não sabemos em que altura foi o mesmo degolado pela base do elmo, encontrando-se, ainda, nesta situação. Depois de algumas investigações concluímos que podem os serviços municipais, sem receio de critica, recolocar o conjunto (elmo e timbre) sobre o escudo, conforme a montagem que aqui se apresenta.

6. Identificação da família:

Conforme nos indica a brica, esta família teve vários brasões, o mais antigo foi concedido a Belchior Teixeira Pinto, por carta de 12 de Agosto de 1533, com os Teixeiras na primeira pala e os Pintos na segunda. Porém, a pedra-de-armas que analisamos, representa o brasão autorizado por carta régia, de 22 de Julho de 1758, a José António Teixeira Pinto, Capitão de Infantaria de Setúbal e Sargento-Mor de Ordenanças em Vila Real.



1. Classificação: heráldica de família

2. Localização: no Jardim da Carreira

3. Datação: Séc. XVII

4. Descrição heráldica:

— escudo: de fantasia; elmo de grades, paquife e timbre, o conjunto assente sobre uma cartela decorativa, tudo em granito.

— composição: esquartelado

¹ O facto de o brasão conter uma brica indica que uma carta de armas já havia sido concedida a um familiar.

- leitura:
- I — cinco cintas, postas em banda, cada cinta com fivela, biqueira e três tachões, com fivelas para cima, bordadura carregada de sete flores-de-lis.
- II — cinco crescentes postos em sautor.
- III — uma cruz florenciada e vazia.
- IV — cinco peças em banda e cinco em barra
 - Identificação: são as armas das famílias:
 - I — Mesquita – de ouro, com cinco cintas de vermelho, postas em banda, cada cinta com fivela, biqueira e três tachões de prata; com fivelas para cima; bordadura de azul, carregada de sete flores-de-lis de prata.
 - II — Pinto – de prata, com cinco crescentes de vermeho, postos em sautor.
 - III — Pereira – de vermelho, com uma cruz de prata florenciada e vazia.
 - IV — Correia – de ouro, fretada de vermelho, de cinco peças em banda e cinco em barra.

Timbre: meio mouro, vestido de azul, toucado de um turbante de prata, com uma lança na mão da sua cor.

5. Comentário:

Como poderá ser comparada, esta pedra-de-armas é idêntica à que se encontra no alçado da moradia com o número de policia 61, na Rua Combatentes da Grande Guerra, embora numa expressão mais recuada. O facto de ambos os brasões serem iguais, reside na circunstância dos morgados da Veiga de Penaguião, descenderem por via masculina, da Casa de Abaças.

6. Identificação da família:

Esta pedra-de-armas esteve à cabeceira da sepultura dos morgados de Abaças, à entrada do altar-mor, debaixo do arco-cruzeiro e do lado do evangelho, da antiga igreja de S. Domingos, actual Sé. Por alturas das obras de restauro da catedral foi daí removida e preservada nos claustros do Governo Civil, depois recolhida nas instalações da Assembleia Distrital, onde até há pouco tempo funcionou o GAT, e daí transferida para o actual espaço, o Jardim da Carreira.

O local na capela, em S. Domingos, foi escolhido por Gonçalo da Mesquita Pinto, Fidalgo da Casa Real, natural de Vila Real, que o adquiriu aos religiosos do dominicanos, para aí construir o seu jazigo e de seus descendentes. Deu como esmola ao Convento cinco alqueires de trigo e em cada um ano mais um alqueire, com obrigação de se lhe dizer uma missa cantada em cada ano para

todo o sempre e na frente do dito Presbitério mandou esculpir suas armas de que usa.

Este contrato foi celebrado em 10 de Abril de 1617.



1. Classificação: heráldica de família
2. Localização: no Jardim da Carreira
3. Datação: Séc. XVIII
4. Descrição heráldica:
 - escudo: de fantasia; elmo de grades voltado à dextra, paquife e timbre, o conjunto assente sobre uma cartela decorativa, tudo em granito.
 - composição: esquartelado
 - leitura:
 - I — cinco crescentes e uma águia estendida, sustida pelo crescente do meio.
 - II — uma águia com escudete no peito com as correias enterlaçadas.
 - III — cinco vieiras, postas em sautor.
 - IV — uma cruz.
 - Identificação: são as armas das famílias:
 - I — Pinto Pedrosa – de prata, com cinco crescentes de azul e uma águia estendida, de negro, sustida pelo crescente do meio.
 - II — Correia – de vermelho, com uma águia cozida de negro, bicada e membranada de ouro, carregada de um escudete de ouro, fretado de vermelho e sete peças em banda e seis em barra, que lhe cobre todo o corpo, excepto a cabeça, pontas das asas, cauda e patas.
 - III — Pimentel – cinco vieiras de prata, postas em sautor; bordadura composta de um leão de púrpura, armado e lampassado de azul e

coroado de ouro e de vermelho, com um castelo de ouro, lavrado, aberto e iluminado de azul, de dezasseis peças.

IV— Teixeira – de azul, com uma cruz potenteia e vazia

Timbre: um unicórnio, de prata, armado de ouro, sainte.

5. Comentário:

Este brasão foi retirado do alçado do edifício que antes ocupava o espaço físico onde posteriormente foi construída a agência do Banco de Portugal, em Vila Real, no Largo Almeida Garret, no gaveto entre as Ruas Alexandre Herculano e Miguel Bombarda. Esta residência era conhecida como a Casa do Cabo da Vila ou Casa da Cruz, uma vez que frente a esta moradia, esteve o cruzeiro que hoje se encontra no adro da Sé Catedral.

6. Identificação da família:

Trata-se de uma das pedras-de-armas usadas pela família Botelho Teixeira de Queirós, morgados de S. Lourenço, Senhores da Casa da Cruz do Cabo, em Vila Real. Esta família deve ter usado dois brasões: este que se encontrava na sua Casa do Cabo da Vila e outro, pintado em azulejos, na capela-mor da igreja de S. Pedro, que já tivemos a oportunidade de tratar. Esta casa surge do morgadio que instituíram Francisco Machado de Queirós e sua mulher, seus irmãos e cunhados António Correia Botelho e Maria Correia Botelho, de Vila Real, registado no Cartório Notarial de Vila Real, em 9 de Julho de 1688.

Para esclarecimento da motivação das armas da família Pinto Pedrosa.

Neste brasão, oriunda da zona do Porto, deve ser referido que o morgadio.

Foi administrado, muitos anos, por D. Catarina Botelho de Queirós, viúva do Dr. Francisco de Puga Pinto e d'Antas, Desembargador dos Agravos e Corregedor do Crime na Relação do Porto.

Bibliografia

A. M. – Livro do Armeiro Mor, mandado fazer por el-rei D. Manuel I e concluído em 1509. Usa a edição feita pela Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1956.

J. T. – Júlio A. Teixeira, Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo, Vila Real, 1952.

L.S.S.M.B. – Luís Stubbs Saldanha Monteiro Bandeira, Vocabulário Heráldico, Lisboa, 1984.

A.M.F. – António Machado Faria, Famílias Nobres suas origens e suas armas, Lisboa, 1961.

Cartório Notarial de Vila Real / Arquivo Distrital de Vila Real

O ideário republicano em Vila Real

Joaquim Ribeiro Aires

NOTA INTRODUTÓRIA

Analisar o ideário republicano em Vila Real durante a vigência da monarquia não é uma tarefa fácil, pela manifesta escassez de fontes. Vale-nos a imprensa existente, aquela que está à mão, em instituições públicas. Como é fácil de adivinhar, a imprensa republicana não era numerosa. Fundar um periódico anti-regime era sempre uma aventura no seio de uma sociedade maioritariamente monárquica. Valiam a persistência, a coragem e a força de um ideal, baluartes que aguentavam as ondas de choque da hostilidade, das contrariedades e do poder instituído que procurava reduzir o impacto das ideias que o visavam destruir. Disso nos dão conta os directores dos periódicos em muitos momentos. A favor dos periódicos republicanos havia a degradação contínua do regime, enredado na sua própria teia de incapacidades para se auto-regenerar. Não houve muitos periódicos republicanos que Vila Real viu nascer até 1910. *O Trasmontano*, fundado em 1873, foi o pioneiro. Seguiram-se-lhe *O Povo do Norte* (1891) e *A Aurora da Liberdade* (1896). Destes, apenas *O Povo do Norte* vingou, fechando portas somente nas vésperas da instituição do Estado Novo. E é, fundamentalmente, com este semanário que nos tivemos de contentar, porque em Vila Real não há outro disponível ao público. Já a imprensa monárquica existe em quantidade mais do que suficiente, mas, quando a lemos constamos imediatamente que passava o tempo ideológico a atacar, de preferência, o partido que se lhe opunha, raramente se incomodando com a República e com os republicanos, ciente de que estava no melhor dos regimes políticos.

Após a implantação da República *O Villarealense*, que fora folha regeneradora, fundada em 1880, adoptou uma postura comedida, adaptando-se ao novo tempo sem manifestar, muito naturalmente, entusiasmo pelas novas instituições, que, sensatamente, declarou respeitar.

Quando se pretende expor uma ideia, enunciar-lhe princípios, métodos, procedimentos e comportamentos não será desprezível fazer contrapontos com ideias contrárias. Seguindo este pensamento, pomos, aqui em confronto Monarquia e República, mostrando, na perspectiva das nossas fontes, como monárquicos e republicanos se auto-analisam e como pensam não só o regime que se lhe opõe, mas também como se um e outro se projectam na sociedade. Ou seja: estamos perante um processo dialéctico em que uma ideia – a republicana – se afirma ou se pretende afirmar, aproveitando a proclamada negatividade da sua contrária – a monárquica. É, pois, com esta realidade que conseguimos perceber a existência do ideário republicano teimosamente expresso quer em manifestações públicas, que iam ocorrendo desde o Ultimato Inglês de 1890 até às vésperas da implantação da República, quer na divulgação ideológica nas páginas da imprensa assumidamente republicana.

Com este pequeno trabalho procuramos contribuir para o conhecimento, ainda que limitado, do que se pensava em Vila Real quanto ao regime monárquico e relativamente à República. Por desconhecermos a naturalidade de alguns autores dos textos que nos serviram de fonte, corremos o risco de veicular ideias de autores não vila-realenses. Mesmo que isso aconteça, acreditamos que a direcção dos periódicos comungavam da opinião expressa e que, por isso, a publicavam. Não estaremos assim a distanciar-nos do pensamento comum entre os republicanos locais.

A IDEIA REPUBLICANA EM PORTUGAL

O republicanismo em Portugal desenvolveu-se em Portugal no último quartel do século XIX, primeiramente associado aos ideais do socialismo romântico — o Partido Socialista fora fundado em 1873 —, depois, logicamente, com a criação do Partido Republicano Português (1876), que renunciou ao republicanismo social, constatada a impossibilidade igualitária.

Ainda que se possam procurar na Cortes Gerais de 1820, na oposição ao cartismo, nas lutas liberais — em 1829, o general Marinho alvitrou, na ilha Terceira, que se constituísse a *República dos Estados Unidos Portugueses e Ultramarinos* —, no Setembrismo (1836), nas revoltas de Maria da Fonte (1846) e Patuleia (1846/47) laivos deste ideário que lutava pela liberdade e pela igualdade, a primeira evidência aconteceu com a publicação do primeiro jornal republicano *A*

República, em 1848, a que seguiu a obra *Estudos sobre a Reforma em Portugal* José Félix Henriques Nogueira, em 1851, tendo como temas *república, municipalismo, federalismo e associativismo*. O segundo impulso ocorreu com a *Questão Coimbrã* (1865). Mas terão sido os ventos revolucionários da República Francesa (1870), da República Espanhola (1873) e da Comuna de Paris (1871) a iluminarem a inteligência portuguesa, agora reunida em volta desta «ideia nova» na década de 70. Tenhamos em conta o que escreveu Antero de Quental no jornal *A República* de 11 de Maio de 1870: “*A revolução domina com a ubiquidade do destino, a humanidade contemporânea, e sob várias formas e vários nomes a penetra por todos os lados. É a renovação universal dos espíritos e das sociedades. No mundo dos pensamentos chama-se filosofia; no das consciências, liberdade religiosa; no mundo dos factos sociais os seus nomes são democracia e república. Mas como os factos sociais, na sua imensa complexidade, representam nas instituições o estado e a feição dos pensamentos e das consciências, a República deixa de ser uma instituição particular e circunscrita, para se tornar a forma compreensiva de toda a substância social e o símbolo visível da Revolução. É mais do que uma palavra; é um credo; mais do que uma bandeira; é um lábaro*”.

Nas *Conferências Democráticas do Casino* (1871) reflectiu-se, entre outros assuntos, sobre o «estado da Nação» e das suas conclusões se pode deduzir que elas criticaram fortemente a ordem e as instituições burguesas. Se a 1ª conferência era introdutória e desenhava o programa das mesmas, já a segunda, ao discorrer sobre as “Causas da Decadência dos Povos Peninsulares” defendia que “*à monarquia centralizada, uniforme e impotente*” se deveria opor “*a federação republicana de todos os grupos autónomos*” (...), com larga democratização municipal.

As *Comemorações do Centenário da morte de Camões* (1880) inflamaram, com oportunidade, o republicanismo existente, colado à defesa dos valores pátrios, perante a apatia monárquica. Este evidente nacionalismo teria o seu expoente dez anos mais tarde com o Ultimato Inglês de 1890. A resposta interna na defesa das colónias atravessou o País de lés-a-lés. *A Portuguesa* foi sinal da reprovação da cedência perante o gigante inglês e foi um grito de revolta perante a incapacidade e decrepitude da Monarquia. Ao longo da primeira década do século XX, os republicanos agradeceram as dádivas que a Monarquia lhes ia dando: *Crise de 1890-91*, *Questão dos Tabacos* (1904-06), *Ditadura de João Franco* (1906-08), *Questão dos Adiantamentos* (1907) e governos de *Acalmação* (1908).

Em três momentos a República foi anunciando que o fim da Monarquia estaria para acontecer: 31 de Janeiro de 1891, 28 de Janeiro de 1908 e 1 de Fevereiro de 1908. O 5 de Outubro de 1910 foi a coroa final deste combate.

O QUE É A MONARQUIA?

Em Vila Real, tal como no País, nos finais do século XIX e princípios do século XX, havia quem não acreditasse na Monarquia como regime de futuro. Questionava-se a sua identidade e o seu carácter e por isso, havia uma questão que marcava, com toda a naturalidade, o tempo político dos portugueses: Mas afinal que Monarquia é esta? A resposta é-nos dada de forma inequívoca em *O Povo do Norte*, em 1895:

“Essa instituição que algum dia se assemelhou a um bergantim doirado singrando impavezadamente num mar de cristal, não passa hoje de um calhambeque oxidado pelo tempo, arruinado, velejando miseravelmente num fundo pelago de lama. (O Povo do Norte, 21.07.1895).

Como perceber esta situação, quando ainda há poucas décadas a Monarquia iniciara um período de grandes realizações estruturais em vários domínios da actividade económica, na senda da modernização do País? A resposta submissa do governo ao Ultimato Inglês de 1890 contribuiu decisivamente para que o regime caísse em descrédito e a sua imagem se degradasse sem remédio. A esta situação, outra se lhe juntou: a crise económica que, iniciada neste mesmo ano, lançou o País na bancarrota.

“No estado lastimoso a que chegou o país todos os recursos da monarquia estão esgotados e nenhum deles consegue arrancar a pátria da tremenda crise em que pode sucumbir a nossa nacionalidade” (O Povo do Norte, 12.07.1891).

Meses depois:

“O país caminha de mal a pior, a sua situação é melindrosíssima, e, sem embargo, os esbanjamentos continuam em larga escala. Nada de reformas úteis! Nada de redução nos desperdícios dos dinheiros públicos! Só promessas, só palavras! As majestades continuam nos seus divertimentos (...) a fome sente-se do norte ao sul, o pauperismo cresce de forma assustadora; e os dinheiros públicos continuam a desperdiçar-se em foguetes e em luminárias (...) (O Povo do Norte, 10.01.92).

A Monarquia aguentava-se como podia, atacada por todos os lados e em todos os lugares. “Os Crimes da Monarchia” era o título d’*O Povo do Norte*, de 5 Fevereiro de 1905, impresso a toda a largura da sua primeira página:

“O régimen monarchico em Portugal, tem ultimamente vivido, não de artificios, ou habilidades mais ou menos descaradas e cynicas, mas de verdadeiros, de autênticos crimes, que noutra qualquer lugar bastariam para provocar a mais funda reacção e a revolta pessoal dos seus agentes”.

Este artigo acusatório era o eco da contestação que proliferava pelo País. A monarquia era culpada de escarnecer dos princípios mais sagrados, entre eles

as liberdades públicas, de que se destacam “*direito de reunião, liberdade de pensamento, liberdade de imprensa, respeito pela genuidade do sufrágio*”. Sobre este último, o articulista incriminava a monarquia de fazer do país “*uma nefanda caverna, onde se acoitam os mais perigosos e audazes bandoleiros, usando dos processos mais condenáveis e torpes, que vão que vão desde o roubo ao assassinato, do abuso da força até à corrupção mais desenfreada*”.

Mas se os anos passavam, as dificuldades, os problemas, os escândalos — a *Questão dos Tabacos e a Questão dos Adiantamentos* — e as más soluções políticas avolumavam-se. Os republicanos quando olhavam para a Monarquia apenas eram capazes de ver nela um regime que mantinha o País na ruína, na ignorância, na miséria, endividado e esbanjador.

(...) “*Sistema político que tem arruinado o país aviltando-o pela ignorância e pela miséria.*

A obra do constitucionalismo português, nos 80 anos da sua existência, define-se pelo aumento progressivo de impostos que vai até à tributação exagerada dos géneros mais necessários à vida, e pela criação duma dívida pública cuja soma enorme apavora os espíritos.

Num país tão limitado como o nosso, que não tem sofrido a calamidade de guerras aturadas, a existência de uma dívida pública de 800 mil contos não se explicaria senão pela existência de um sistema político profundamente vicioso e perdulário que haja arvorado a concussão, o peculato e os adiantamentos ilegais em meios legítimos de se manter contra as honestas indicações da opinião pública.

Em geral ignora-se a maneira por que a maior parte dessa fabulosa soma de dinheiro foi dispendida e gasta, ou que voracíssimo abismo consumiu toda a importância e mais a que deveria ser representada pelo produto das contribuições exigidas à massa tributária do país”. (O Povo do Norte, 24.02.1907).

Em 1907, Portugal passou a ser governado por uma ditadura encabeçada por João Franco, que não solucionava a crise interna da Monarquia causada pelas políticas rotativas, antes as agravava. Agora até os fiéis do rei se interrogavam sobre a natureza dos passos que D. Carlos estava a dar e já temiam pelo futuro do regime. Havia o nítido sentimento de que a Monarquia estava a enganar o País:

(...) “*com efeito a monarquia não tem procurado senão ludibriar o país, ora fingindo respeito às leis, ora calcando aos pés as mais fundamentais garantias individuais e cívicas, legalmente estatuídas*” (O Povo do Norte, 632, 16/6/07).

Na verdade, D. Carlos jogava no palco político não só o seu futuro mas também o regime, cada vez mais decadente e com mais adversários, alguns deles monárquicos. Os tempos não lhe eram favoráveis. E ele sabia disso. Quando se decidiu pela ditadura conheceu uma forte oposição que, naturalmente tentou

ultrapassar, convencido que a contestação acalmaria. Não previu, certamente, que tal decisão haveria de ter um forte contributo o seu assassinato.

QUE(M) É O REI?

Havia muito tempo que o rei perdera a sua aura divina. Nos inícios do século XX, ao rei contestava-se a condição e o direito de ser considerado uma figura diferente, superior aos demais cidadãos. A República defendia a transitoriedade do cargo que exercia, como factor de igualdade social. Não se lhe admitiam privilégios nem direitos superiores. Como homem, às suas decisões não se lhe podia conferir infalibilidade nem irrevogabilidade. Por isso, o melhor era substituir a monarquia pela fórmula republicana.

(...) A transitoriedade do mandato do chefe do Estado é condição necessária, imprescindível para que a justiça atinja todas as classes sociais, a todos estenda os seus benefícios, a todos alcancem os seus dictames. Não se concebe porque motivos há-de desfrutar mais privilégios, mais benesses, mais direitos uma família que o resto dos cidadãos, e porque motivos o mais alto lugar que um cidadão possa atingir, o há-de conferir o acaso e não a vontade, a deliberação ponderada, reflectida do maior número (O Povo do Norte, 28.06.1903).

(...) Sendo irrevogáveis as funções regias, as transforma em condição de infalibilidade, consideram tal situação uma monstruosidade moral e social. Daí a necessidade da sua eliminação, a necessidade de substituí-la por uma fórmula que se adapte à variabilidade do meio social e possa acompanhar as diversas transformações do modo de ser sociológico.

A República é, portanto, a forma de governo que mais convém aos povos” (idem).

O tempo passava mas não se alterava esta ideia: o Rei não era pessoa diferente dos demais cidadãos nem estava acima do Estado, porém seu funcionário e, por consequência, não lhe devia ser permitido gastar mais do que lhe era devido.

“O chefe do Estado é um simples funcionário do país. (...) Nessa qualidade percebe os seus honorários, e com o pagar deles se desobrigou o país dos encargos financeiros que para ele havia contraído. Ora se o sr. D. Carlos despende com a sua casa mais do que lhe seria lícito gastar, não se pode daí concluir que o país tenha obrigação de lhe saldar o deficit resultante”. (O Povo do Norte, 22.09.07)

À herança do poder, já contestada, não podia corresponder a propriedade pessoal das pessoas. Era chocante que o Rei pensasse que os cidadãos também lhe pertenciam.

“Os reis julgam herdar o domínio d’uma nação e dos habitantes que a

povoam, da mesma forma que recebem pela morte do seu predecessor as suas propriedades, com a respectiva população pecuária. Para eles um país é uma propriedade privada, como uma herdade adquirida por um título muito legítimo. (...) É deprimente para os indivíduos da espécie humana serem herdados como um rebanho, um armentio que muda de dono, o qual tem o direito de lhe mugir o leite, de lhe cardar a lã, de o entregar ao marchante, que lhe retalhará as carnes para as vender as pedaços”. (O Povo do Norte, 05.04.1908)

O ano de 1907 foi fulcral para a mortalha real. A Casa Real era acusada de gastar mais do que o devido. E isso foi considerado intolerável. Ter de ouvir um governante declarar a necessidade de fazer adiantamentos à Casa Real, prática «oficiosa» desde há muito, e concordar com a medida não estava na índole republicana. Os próprios monárquicos, especialmente os progressistas dissidentes, fizeram tal gritaria que nem se aperceberam de que, ao quererem ajustar contas com João Franco e com D. Carlos, estavam a contribuir decididamente para cavarem a sepultura do regime. O impensável haveria de chegar nos inícios de 1908, com o regicídio.

Com a morte de D. Carlos a monarquia começou a preparar o seu fim. Na verdade, o ano de 1908 foi de viragem política. O rotativismo estava em fim de vida, depois da ditadura e das novas soluções propostas apresentadas por D. Manuel II. Já nem os monárquicos acreditavam nele: *“Os partidos tradicionaes do rotativismo, taes como existem, estão condemnados; delles já nada há a esperar”* (O Villarealense, 10.09.1908). Devemos considerar espantosa esta afirmação de um jornal monárquico? Os partidos existentes perderam o crédito, faltava-lhes unidade, porque divididos, investiam uns contra os outros, procuravam engrandecer-se à custa de infâmias mútuas e não estavam à altura de evitar os perigos futuros. Mas quanto mais o tempo passava mais a situação se degradava. As facções monárquicas arreganhavam os dentes, procurando anular ou extinguir as contrárias. *“Do modo como as cousas estão, quer parecer-nos que só por meio d’um conflito geral se mudará o rumo”.* (...) *O país está sobre um vulcão”* (O Villarealense, 29.07.1909). Em Marco de 1910, a desilusão pairava no seio deste periódico regenerador:

(...) Desde há muito que a política neste paiz se tornou incomprehensível; d’ahi a enorme dificuldade com que se lueta para a sua remodelação. Novos sistemas, portanto, se impõem para obviar a esse inconveniente desorganizador”.

MONARQUIA VERSUS REPÚBLICA

Para a Monarquia os tempos iam difíceis. A economia não ajudava a política, esta não favorecia aquela e a sociedade sofria os efeitos de uma e de outra. A República era apresentada como a salvadora da Pátria, um sentir contestado pelos

monárquicos, ainda convencidos que os republicanos não possuíam as qualidades nem a maturidade suficientes para governar o País.

(...) Não pomos em dúvida a efficacia do regime republicano, mas não podemos admitir que homens não superiores aos demais se arroguem com altivez e em tom de superioridade a dizer – a republica é a única salvação de qualquer país – não podemos admitir por mais inteligente que sejam: a republica e só a republica poderá salvar Portugal. (...) Desde que os homens sejam inteligentes e honrados, qualquer, qualquer forma de governo levanta uma nação do abatimento e decadência em que porventura esteja. E na republica há desses homens? Há alguns, mas muito poucos, a maior parte dos que combatem nas suas fileiras ou são creanças inexperientes e desvairadas ou madraços, digo maduros cheios de loucas ambições” (O Campeão do Norte, 11.11.1896)

Mas, quando se iniciou o século XX, o que era afinal a República em Portugal? Apenas uma ideia, um conjunto de princípios ou uma vaga proposta de governação? A ideia e os princípios existiam, faltava, porém um programa concreto, um rumo claro e o apoio popular. Apesar disto a alma republicana vila-realense mantinha a chama viva, chamando sempre a atenção para os percalços da Monarquia. Depois de anos de crescimento, a República passava por dificuldades sérias em 1902, entrando quase em dissolução. É exactamente deste ano o texto seguinte que põe em confronto a natureza da Monarquia, enquanto regime de poder, e a República que se deseja que venha a ser o futuro redentor, a idade de oiro.

(...) Assim, a formula monárquica é oriunda das épocas primitivas, entronca-se no sombrio passado das teocracias guerreiras e por ela se regem os povos no estado selvagem. A república pelo contrário, fórmula luminosa, pertence do futuro e constitui as esperanças dos povos escravizados, cuja redenção a democracia há-de operar. Por isso, enquanto esta proclama o futuro, que há-de trazer à humanidade a sua idade de oiro, quer a monarquia regressar ao passado, onde tem o seu berço, a sua origem, a sua vida, e onde o seu poder se exerce na plenitude. O domínio monárquico é o domínio do privilégio, porque a realeza confia o governo a uma oligarquia de acólitos intrigantes quanto se não quer dar ao incómodo num arroubo de cólera, a sorte dos povos. O domínio republicano, assentando na negação da tirania e do poder arbitrário chama os povos a discutir os seus direitos e entregá-los de boa vontade a direcção dos seus destinos. É que a monarquia tem a sua razão no direito da força, enquanto que a república se apoia de preferência na força do direito. E ao passo que a primeira se revigora e fortalece à sombra de fórmulas e mistérios religiosos, de criações fabulosas e de todo um conjunto de preconceitos e superstições que transformam a razão e baralham os limites do justo e do injusto, a segunda se eleva pela realidade, pela justiça e pela verdade clarividente e livre. (...)

É, pois, a ideia republicana diametralmente oposta à ideia monárquica. A monarquia simboliza o fetichismo grosseiro a que pode prestar culto a superstição humana. (O Povo do Norte, 17.08.1902).

A INEVITABILIDADE DA REPÚBLICA

Tantos a criticar a monarquia, será que a república, como regime, seria inevitável? Muitos republicanos pensavam que sim. Há muito que havia a vontade de que ela não fosse uma utopia. Anunciara-se no 31 de Janeiro de 1891 e apesar da derrota, ela haveria de chegar. Como se costuma dizer, era uma questão de tempo. Em Vila Real, esta esperança esteve sempre presente no espírito republicano mais fervoroso. Por isso a luta constante da imprensa oposicionista contra os desvarios monárquicos. *O Povo do Norte*, em Junho de 1891, analisando a situação política na sequência do 31 de Janeiro, considerava que o País não confiava nos governos por mais promessas liberais que fizesse, convencendo-se de que só com novos princípios se podia salvar o pouco que restava do império legado pelos nossos avós “à custa do seu sangue, da sua tranquilidade, da sua existência”. Assim sendo: “*a republica impõe-se portanto como uma necessidade inadiável e urgentíssima. Impõem-na o descrédito dos partidos monarchicos, e impõem-na a austera abnegação e a dedicação illimitada com que o partido republicano tem defendido tudo o que possa interessar á nosssa querida pátria*”. Já no primeiro número, datado de 31 de Maio, ao felicitar o 19º aniversário d’*O Trasmontano*, fazia votos de que brevemente também este periódico pudesse ser premiado com a instituição da República pela qual lutava tenazmente desde a sua criação.

Terá sido este querer que levou à criação do *Aurora da Liberdade*, fundado em 1896. A 6 de Janeiro do ano seguinte publicava um texto significativo, de página inteira, intitulado “Grito do Norte”. Nele, o articulista insurgia-se contra «Lisboa como capital», defendendo o Norte e Trás-os-Montes, enunciando, com muita lucidez e abundância, as razões que ajudavam a perceber o estado do País, ao mesmo tempo que se explicava cada uma delas. À pergunta “*Querem saber quem fez o partido republicano e há-de fazer a República?*”, seguia-se a resposta, desenvolvida numa vintena de parágrafos, sobre o mal-estar do País. Eis os factores: a corrupção; os monopólios; os sindicatos; os défices constantes; as apostasias; os serviços públicos mal organizados; os dispêndios inauditos; as desigualdades dos direitos individuais; as ditaduras governamentais; as aposentações forçadas de militares e funcionários inteligentes; os vexames e perseguições do fisco; as considerações e as honras concedidas para corrupção de consciências; as enormes verbas desviadas do tesouro; as designações impostas ao povo; os favores e benesses dispensados à confraria franciscana; à cobiça sobre as nossas possessões roubadas;

a instituição jesuítica (a banda negra), protegida pelo rei; as reformas absurdas e dispendiosas dos fardamentos militares; a aliança inglesa, sustentáculo dos braganças; a vaidade real, enterrando os braços nas arcas do tesouro; a concentração prepotente de todos os poderes transformando o sistema constitucional num governo despótico; o abandono das classes operárias; o dinheiro de papel depreciando o nosso crédito e elevando o preço do ouro; a lei das rolhas aplicada à imprensa; o gabinete negro, violando o segredo das cartas, garantido pela lei fundamental do reino. *“É por isso que hoje, o grito unísono do Norte, a legenda do ser labaro é: Avante pela Republica e felicidade pela pátria”. E logo alerta: “ Cautela, pois, snrs do governo. Este povo, que vós julgais não ter outro direito senão o da obediência, possui ainda muito patriotismo, muita ilustração, para discernir o bem do mal, para conhecer os seus direitos e saber sustenta-los, com todo o heroísmo e tenacidade, em qualquer campo que seja necessário. Hurrah! Pelo Norte!”*

Com o andar dos anos, com as diatribes entre os partidos de governo, com as ameaças de extinção ora de um ora de outro, com as cisões ocorridas a partir de 1900, com os escândalos que abalavam a Monarquia, a República afigurava-se próxima, cada vez mais uma alternativa, melhor, uma solução que se apresentava para acabar com a dissipação, com a crispação, com o desnorte que angustiava os portugueses.

“Só a República matará a ditadura, só ela inaugurará entre nós o império da lei e governo do povo pelo próprio povo.” (O Povo do Norte, 636,14.07.1907)

No início de 1910 o advento da República mais do que uma esperança era já quase uma certeza. N’*O Povo do Norte*, a 1 de Janeiro, B.F. assinava um «editorial» sob o título “1910”, terminando as suas muitas considerações políticas com esta «profecia»:

“O novo ano abre para a Republica horizontes amplísimos de esperança e será fértil em triunfos para a causa nacional que hoje se sintetiza bem evidentemente da Democracia, única forma capaz de harmonizar os interesses colectivos com os da generalidade dos cidadãos.(...) 1910 será para nós um penhor do triunfo definitivo da Republica Portuguesa sobre a feira de interesses monárquicos que para aí se regista e debate num tumultuar infrene de bazar mercantil”.

Em Março, enquanto se ia aguardando que algo acontecesse a favor da República, n’*O Povo do Norte* alertavam-se as consciências entorpecidas pelo indiferentismo face ao descalabro visível da governação tida como *“um navio batido por temporal e ainda com fogo a bordo (...) com uma tripulação incompetente e criminosa, a maior parte engajada nas espeluncas da politiquice”*... O País estava a saque: *“a riqueza pública é de quem mais pilha! É ver quem mais*

agarra!”. «Todos» conheciam os factos e previam o desastre, mas aqueles que mais clamavam, defendendo que “*isto assim não pode continuar!...*”, eram os mesmos que na hora das decisões, nada faziam, deixando que tudo continuasse assim. Daí o alerta: “*Tudo isto se passa sob os olhos dos srs Indiferentes, e eles... impassíveis*”, como se nada fosse com eles. Imaginarão, por acaso, que quando a catástrofe se der não vão também para o fundo?”

Em Abril, repetia-se, em O Povo do Norte, a ideia da necessidade de mudar de regime até para uma capaz defesa do País, perante povos mais fortes e vencedores.

O Verão colocou Teixeira de Sousa ao leme do Governo, mas já a monarquia estrebuchava.

A REPÚBLICA

E o que é, afinal, a República? A resposta sai pronta na primeira edição de *O Povo do Norte*, que assim ao apresentar-se ao leitor diz imediatamente ao que vem. Afirma-se republicano e nacionalista. Os valores pátrios ocupam um lugar cimeiro no ideário republicano:

(...) *A República, está universalmente reconhecido, é o único fim a que devem tender todos os esforços dos que desejam a restauração do glorioso país dos heróicos filhos do séc. XV*” (O Povo do Norte, 31 de Maio de 1891).

Em Junho de 1895, neste semanário defendia-se a convicção de que só a República seria capaz de colocar Portugal no caminho grandeza de outrora. Porém, *O Povo do Norte* não queria uma República só pela República. Não desejava a mudança só pela mudança. Não bastava trocar um rei por um presidente. O importante era que a transformação política fosse acompanhada por medidas que remodelassem profundamente o regime capitalista, “*apanágio das monarquias*”. Em vez disso, cumpria ouvir as classes produtoras, que são a força viva da nação, mas agónicas e, muitos, a procurar o pão de cada dia fora do país. Era preciso que a República fosse estável “*assente sobre leis firmes, que possa tornar grande este país, pela abolição de todos os privilégios políticos e de todos os privilégios económicos*”.

Anos à frente, a República era considerada um regime de educação cívica, a que também se acrescentava o respeito, a tolerância, a democracia como virtudes inerentes à ideologia.

(...) *A República é sobretudo, e acima de todas as falsas concepções que dela têm os exploradores do sistema monárquico, um regime de educação cívica.* (O Povo do Norte, 11.03 1906)

Os republicanos vila-realenses acreditavam na universalidade do regime

que defendiam. Estavam convictos de que, quando a República chegasse, haveria uma nova era.

A futura Republica Portuguesa será para todos os portugueses e não só para os republicanos. O seu advento marcará na vida social da nacionalidade o império rigoroso da lei igual para todos, do respeito pelos direitos e garantias políticas dos cidadãos, da observância estrita dos preceitos pelos quais os povos livres se devem reger. (...) (O Povo do Norte, 22.09.1907)

Na festa da vitória republicana de dia 9 de Outubro, cintilava, em tarjeta, aos olhares de todos, no Teatro Salão, a fé que no «novo regime» era de “*Ordem e Trabalho, Ordem e Progresso*”.

Com a República a Pátria voltava “*a ser grande, livre, nobre e honrada*” (O Povo do Norte, 11 de Outubro de 1910)

O 5 de Outubro deu ao Povo português o regime que se fora anunciando. Passados os primeiros meses eis a súpula ideal para um republicano definir o novo regime: “*A República é a Luz e a Verdade, é a Justiça*” (O Povo do Norte, 4.06.1911).

A REPÚBLICA EM DIFICULDADES

O ideal republicano não se esgotava, obviamente, com a instituição do regime. Era sobretudo a partir desse momento que os novos dirigentes, os meus mentores tinham de provar que ela é o regime certo, adequado e ideal para resolver os problemas do país monárquico. Ia ser preciso muito trabalho, muita inteligência e muito conhecimento para conquistar o povo, tão afeito ao Rei e ao que ele representava. Os republicanos tinham de mostrar que eram melhores, mais sábios, mais justos, mais resolutos, mais práticos que os monárquicos.

Ainda o poder republicano não tivera tempo suficiente para se afirmar junto das populações e para mostrar as suas qualidades governativas e já entre os mais lídimos republicanos havia discórdias, confirmadas com as cisões no Partido Republicano Português, dando origem ao Partido Democrático, ao Partido Evolucionista e à União Republicana. E a dúvida instalava-se entre os portugueses perante tal desunião. Será que os partidos republicanos seriam uma réplica das forças monárquicas? Será que o País estava primeiro que a luta pessoal pelo poder?

A instabilidade política foi uma das características mais perniciosas que o regime criou para si. A par disto ganhou uma *guerra* com a Igreja que vinha já da monarquia e que não era exclusiva dos republicanos. A legislação anticlerical teve início três dias após a proclamação da República com o diploma que, confirmando as leis pombalinas de 1759-67 e o decreto liberal de 1834, anulava o decreto de 1901, expulsava do País as congregações religiosas e as ordens monásticas.

Laicizava-se a sociedade. A 18 de Outubro era abolido o ensino da doutrina cristã e o juramento religioso nos tribunais e noutros actos oficiais. Determinava-se a liberdade e igualdade de todos os cultos, o casamento e o divórcio civil. Afonso Costa mandou a polícia prender os padres que fossem encontrados na rua, a fim, justificava, de evitar abusos.

Se *O Povo do Norte* sempre atacou os jesuítas, o *Noticias de Villa Real* fez-lhe companhia depois de 1910:

“Os jesuítas não têm pátria, são de todo o mundo porque todo o mundo lhes serve. São errantes, comparados aos ciganos e judeus. A nacionalidade não lhes interessa, não tem bandeira. A maior ambição dos jesuítas é extorquir dinheiro usando todas as astúcias para o conseguir. Em vista de tal vileza urge que todos os verdadeiros portugueses se unam para enxotar da nossa querida Pátria esses bandidos, escoria da sociedade, que se venderam como cães, os quais, como aqueles, querem desnacionalizal-a, entregando-a às potencias estrangeiras para conseguirem: os seus desalmados fins.” (*Noticias de Villa Real*, 28 de Fevereiro de 1915).

Por sua vez, os mais convictos e genuínos monárquicos trataram de guerrear a República, tentando a restauração da Monarquia, a partir da Galiza, comandados por Paiva Couceiro, herói de campanhas africanas. Vinhais, em 1911, e Chaves, em 1912, foram os alvos dos ataques. Num caso e noutro, o povo português não reagiu, como Couceiro estava à espera. O insucesso destas incursões foi total, graças à resistência dos republicanos, em especial dos flavienses que, em 8 de Julho, reagiram com determinação, eficácia, destemor, heroísmo e amor à República.

Em Fevereiro de 1915, na sequência do «movimento das espadas» de Janeiro, o general Pimenta de Castro, nomeado chefe do governo pelo Presidente da República Manuel Arriaga, deu forma e conteúdo a uma ditadura, logo contestada pelos democratas. A 14 de Maio a contestação resultou num movimento revolucionário que congregou à sua volta todas as forças políticas e militares que defendiam os ideais do 5 de Outubro. Os combates, em Lisboa foram violentos. O número de mortos ultrapassou uma centena e os feridos foram mais de 250.

A Revolução de 14 de Maio, como ficou conhecida, foi bem-vinda para o *Noticias de Villa Real* (13 de Junho), pelo que democraticamente representava: *“A Revolução de 14 de Maio, grande pela causa que defendia, foi sublime na sua virtude e na sua essência. Houve nela um excesso de generosidade, que não frutificou como era de esperar. Se o movimento por fatalidade tivesse fracassado — o que é um absurdo, visto ali combaterem três corpos numa alma só, o exército, o povo e a armada — nós a estas horas assistiríamos ao espectáculo mais sinistro que teria passado funereamente, através das paginas da nossa história. (...)”*. No Verão, o sentimento era muito diferente face à política entretanto desenvolvida

pelo Partido Democrático, vencedor das últimas eleições. *“Povo acorda! Povo enganaram-te. Há perto de quatro meses que o partido democrático está no poder e nada, absolutamente nada se tem feito do que se prometeu quando te incitaram à revolução de 14 de Maio”*, escreviam os unionistas a 29 de Agosto n’*O Povo do Norte*.

O maior perigo ocorreu, no entanto, nos inícios de 1919, quando a Junta Militar do Norte proclamou a Monarquia no Porto, no dia 19 de Janeiro, levando os combates à província trasmontana que mais uma vez lutou até ao máximo das suas forças, contribuindo decisivamente para que a derrota definitiva da Monarquia. Nesta luta, houve homens que se agigantaram como patriotas e republicanos. O general Ribeiro de Carvalho revelou-se o maior entre todos, primeiro em Vila Real e depois em Chaves.

Com o assassinato do primeiro-ministro António Granjo, em Outubro de 1921, o País entrou na recta final do regime democrático, o que aconteceu em 28 de Maio de 1926, com a participação activa do Regime de Infantaria 13, o primeiro a secundar a revolta do general Gomes da Costa.

A esperança enchia o peito de muitos vila-realenses que aceitarem a reviravolta política com regozijo e muita simpatia. Com o 28 de Maio, acreditavam uns tantos que tinha terminado a «lenda» de Lisboa ser a cabeça e o braço da Nação. Mas a Ditadura não conseguiu cumprir essa esperança. Rapidamente se perdeu em cisões, revoltas, golpes de Estado, deixando agravar as contas públicas. O descontentamento generalizou-se e no 3 de Fevereiro de 1927 o Porto foi cenário, mais uma vez, de uma revolta, a que corresponderam imediatamente militares do R.I. 13, comandados pelo major António Fernandes Varão, que assumiu a iniciativa da revolta contra o novo regime político instaurado em 28 de Maio do ano anterior. Dominada a revolta, Vila Real foi castigada: o R.I. 13 foi extinto, tendo sido reorganizado em Maio de 1931. Estava para chegar um novo tempo, uma outra República... com outros princípios... com valores e políticas diferentes.

CONCLUSÃO

República e republicanismo deram à sociedade portuguesa não só uma nova ordem política, mas também trouxeram novos valores e modelos culturais. Por um lado, liberdade, igualdade e justiça e, por outro, a laicização da sociedade, a introdução do divórcio, a preocupação com a alfabetização e o desenvolvimento do ensino contribuíram para uma nova, que, também ela, teve os seus pontos fracos.

República e republicanismo moldaram o pensamento de várias figuras vila-realenses, cansadas com os desvarios monárquicos, contra os quais lutaram no

terreno das ideias já que o poder, pelo qual ansiosamente esperavam, lhes estava vedado. Esta luta foi longa e travada semana a semana, sem esmorecimento. Apontando-se os pecados do regime e dos partidos monárquicos se ia erigindo o pedestal para onde a República subiria no dia 5 de Outubro de 1910.

Vila Real desempenhou bem o seu papel quer na luta pela implantação da República, quer depois na sua defesa, nos momentos mais cruciais da sua história democrática.

A extinta cultura do sumagre em Trás-os-Montes e Alto Douro

*José Alves Ribeiro**

1 – Caracterização botânica e fitogeográfica do sumagre – *Rhus coriaria* L.

O sumagre, de nome científico *Rhus coriaria* L., é um arbusto da família das Anacardiáceas, família botânica de plantas ricas em resinas e taninos, onde também estão inseridas espécies como o cajú, a manga, o pistacho, a aroeira e a cornalheira, sendo estas três últimas espécies arbustivas do género *Pistacia*, sendo a cornalheira – *Pistacia terebinthus* L. – também frequente nas matas e mortórios da vegetação mediterrânea duriense. O sumagre tem a sua inserção fitogeográfica na grande região mediterrânea, mais precisamente na sua sub-região mais oriental, tendo-se expandido a sua cultura para toda a mediterraneidade. Os romanos o utilizavam como condimento, sendo também muito antiga a sua utilização na preparação das peles e couros ou seja no artesanato e na indústria dos curtumes, utilização essa que entrou em declínio a partir do início do século XX, com o desenvolvimento de outras fontes de obtenção do tanino para a referida indústria.

É um arbusto de médio a grande porte, mesmo arborescente, de marcadas preferências por locais quentes e soalheiros, nas áreas de feição mediterrânea do nosso país, na Terra Quente e vale do Douro em Trás-os-Montes e Alto Douro, na Beira Interior, no Alentejo, no Algarve e nas Ilhas da Madeira e dos Açores onde também fora cultivado. Instala-se especialmente nos taludes e nas bordaduras de

* Engenheiro Agrónomo, Professor Emérito da UTAD — Março de 2010

matos, de caminhos ou de campos de outras culturas, locais para onde a espécie se tem disseminado ao longo das últimas décadas, desde o abandono da cultura, tornando-se um arbusto naturalizado na paisagem vegetal e em certos locais tornando-se mesmo um arbusto potencialmente invasor de vinhas e pomares. Para uma breve descrição botânica podemos caracterizá-lo como um arbusto de folhagem caduca, ramoso, de rebentos e pecíolos vilosos, ou seja de muita pilosidade, de folhas compostas, imparifolioladas, de três a sete folíolos de forma ovado-lanceolada, de recorte crenado-serrado; flores pequenas, dispostas em panículas, de inserção terminal ou lateral nos ramos, sépalas esverdeadas e pétalas brancas, glabrescentes na página inferior e pubescentes a vilosas na página inferior; frutos em cachos tirsóides, sendo cada fruto uma pequena drupa, ou seja um fruto semi-carnudo de caroço, drupas essas densamente vilosas e de cor castanha purpurescente. Existem duas variedades desta espécie, denominadas «macho» e «fêmea», sendo a primeira variedade de maior porte e de folhas também maiores e lisas na página superior e de pecíolo alado na extremidade – ao contrário da variedade «fêmea» em que as folhas apresentam as duas páginas penugentas e de pecíolo não alado nos entrenós superiores.

2 – Outras espécies do mesmo género *Rhus*

Uma outra espécie também mediterrânea embora com maior difusão pela Europa sub-mediterrânea da zona balcânica e húngara e ainda da Ásia temperada, é o denominado sumagre tintureiro, *Rhus cotinus Scop.*, é usado como planta ornamental pelos seus longos cachos florais esverdeados, e também usado como tintureiro pela casca das raízes e rebentos juvenis, dando cor amarelo-alaranjada aos tecidos. Outra espécie próxima é o sumagre africano, *Rhus pentaphyllum L.*, de cinco folíolos, originário da região magrebina no Norte de África, também utilizado nos curtumes. Quanto às espécies americanas temos de assinalar o sumagre branco ou sumagre da Colúmbia, *Rhus glabra L.*, sem pilosidade, bastante taninoso mas também de boas qualidades como planta melífera, temos também o sumagre «corno-de veado» ou sumagre da Virgínia, *Rhus typhina L.*, o sumagre copal, *Rhus copallina L.*, de que se extrai uma boa resina e ainda o sumagre do Arkansas, *Rhus cotinoides Nut.*, cuja casca e lenho dão matéria corante amarela. Há que referir que os sumagres americanos foram sempre menos usados para os curtumes do que os mediterrâneos por darem couros demasiado corados. Ainda há a considerar os sumagres asiáticos, sendo de assinalar as seguintes espécies: o sumagre semi-alado, *Rhus semialata Murray*, que produz galhas muito ricas em tanino, o sumagre de cera, *Rhus succedanea L.*, ornamental pela folhagem avermelhada e produtor de uma cera que é extraída dos frutos, sendo também das

drupas que se extrai a denominada laca-do-Japão, a partir de uma outra espécie asiática, *Rhus vernicifera* L., sendo o nome vernicífera muito apropriado pois com essa laca é preparado um excelente verniz.

3 – Utilizações dos sumagres

3.1 – Os sumagres na indústria dos curtumes

Já foram sendo indicadas algumas das potencialidades desta espécie e das espécies afins, mas iremos centralizar a matéria deste artigo na sua utilidade maior que é a sua utilização como fonte de tanino para a indústria de curtumes, embora tivesse caído em desuso a partir do início do século XX pela obtenção de outras fontes de taninos naturais em condições mais económicas, como cascas de quercíneas e o desenvolvimento pela indústria química dos taninos sintéticos, sendo o tanino fundamental na preparação de peles e couros, extraíndo-lhes gorduras e conferindo-lhes certas propriedades de textura, matiz e durabilidade. Há que relembrar aqui a grande ligação da comunidade de origem judaica trasmontana, quer ao comércio de couros e peles – ainda actualmente são referenciados os peliqueiros de Carção e Argoselo no concelho de Vimioso, por exemplo – quer à correlacionada indústria de curtumes. Há que referir que o uso do sumagre nos curtumes passava por uma prévia preparação da matéria-prima, sendo necessária a sua secagem e redução a pó em moinhos próprios, semelhantes aos do azeite, denominados atafonas. Era esse pó, muito rico em tanino, que se usava na indústria. De facto os sumagres são arbustos que apresentam em média uma proporção de 20 a 30 % de tanino na sua constituição, embora variando com as espécies e com as variedades. As referidas variedades do *Rhus coriaria*, que é o melhor e mais usado, variedades essas já referidas com as designações de «macho» e «fêmea», apresentam teores de tanino diferentes, mais elevado na variedade macho – 25 a 30% – e menor na fêmea – 22 a 25 %.

3.2 – Outras utilizações dos sumagres

Para além do uso na curtimenta de couros e peles, também já se indicou o uso de algumas espécies como tintureiras na indústria têxtil, havendo ainda outras utilizações a assinalar e algumas são muito antigas, embora ainda em uso no nosso tempo, como é a sua utilização como condimento. Já no tempo do Império Romano se usavam na culinária pastas de sumagre, extraídas dos frutos, de sabor um pouco amargo, semelhante ao do limão, e esse uso como condimento ainda se verifica nalguns países do Médio Oriente, assim como se inclui como um dos ingredientes

na preparação do denominado “zahtar”, condimento salgado muito apreciado no mundo árabe, à base de sumagre, gergelim e tomilho. Também não se pode deixar de indicar o uso de certas espécies de sumagres como plantas medicinais, havendo alguns de cujas folhas e talos se preparam pastas utilizáveis na cura de eczemas e outros problemas de pele, sempre e só de uso externo, e só de certas espécies pois neste género existem espécies tóxicas e até venenosas, sendo uma das mais tóxicas o *Rhus toxicodendron L.*, como o próprio nome científico indica.

4 – Breve história da produção e comércio do sumagre em Trás-os-Montes e Alto Douro

Foi na transição do século XVII para o XVIII que a produção e comércio do sumagre atingiram o auge na região de Riba-Douro. Com o desenvolvimento da viticultura, sobretudo a partir da demarcação pombalina, este cultivo fora progressivamente substituído pela vinha, entrando em declínio, declínio esse apenas interrompido nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, devido à grande crise provocada pela filoxera, em que o sumagre, juntamente com o cânhamo e o tabaco foram as culturas alternativas à vinha.



Sumagre num talude junto ao rio Douro na Ferradosa

Mas nos meados e finais do século XVII o valor do sumagre transaccionado no mercado portuense para uso interno e exportação chegava a suplantar – o que é surpreendente – o próprio valor do comércio do vinho!

Mas já anteriormente, no século XVI, há registos relativos ao comércio desta matéria-prima, como um testemunho do cronista Rui Fernandes, datado de 1531 numa sua crónica muito curiosa intitulada *Descrição da Roda de Lamego duas Légoas*, onde relata: «...neste circhoito das sobreditas légoas 15.000 arrobas de çumagre que carregavam pera lixboa e ao algarve e às ilhas e pera todo entre douro e minho e tralos montes e pera a beira...» Em registos do século seguinte, iremos confirmar a grande expressão da produção e comércio deste produto com a transcrição de um excerto de um excelente artigo do Professor Francisco Ribeiro da Silva, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, intitulado “Porto e Ribadouro no século XVII – a complementaridade imposta pela natureza”: «... os produtos comercializados oriundos de Riba-Douro eram naturalmente o vinho, de que numa acta da Câmara do Porto de Agosto de 1647 é registada a entrada de cerca de 20.000 pipas por ano de vinho de Lamego, o azeite, os citrinos e o sumagre ... numa complementaridade em que o Porto, por terra ou por via fluvial, abastecia a região de Ribadouro de géneros básicos como o pão, o açúcar, o peixe seco, o sal, o vasilhame para o vinho, panos e instrumentos diversos...» Nesse artigo é-nos indicado que as primeiras notícias da exportação de sumagre datam de 1584 para Bristol pelos mercadores António Reimão e Anrique Soli, 200 e 210 arrobas respectivamente, sendo a arroba neste caso correspondente a vinte quilos. A exportação em sacos de pó de sumagre para apoio à indústria de curtumes do norte europeu – grande produtor de couros mas sem clima para esta planta mediterrânea – foi aumentando sempre ao logo dos séculos XVI e XVII e fora tal que nos finais do século XVI os sapateiros do Porto queixaram-se da falta e da carestia do sumagre para a curtimenta dos seus couros a tal ponto que foi editada uma regulamentação camarária que obrigava a que pelo menos metade do sumagre chegado ao Porto tivesse de ser comercializado no mercado interno e não pudesse ser exportado, o que obrigava também ao preço mínimo de 160 réis a arroba. Há registos de 1627 que nos informam de um movimento comercial anual de 20.000 sacos de cerca de 2 arrobas cada, ou sejam cerca de 40.000 arrobas e em 1667 esse valor ultrapassava as 54.000 arrobas, tendo Lisboa como destino cerca de 21.000 e o restante a exportação para a Alemanha, Inglaterra, França e Holanda. Como já foi referido, a seguir a este auge começa algum declínio desta cultura com a expansão do sector vitivinícola, sendo o registo do comércio de sumagre em 1786 de apenas 30.000 arrobas. Não obtive dados da época da filoxera em que ainda houve algum ressurgimento do sumagre, mas sabe-se que a partir dos anos vinte do século passado o declínio foi sendo gradual e o último registo que possuiu é de um artigo do Eng.º Agrónomo

Artur Carrilho, publicado na Gazeta das Aldeias em Janeiro de 1940, em que refere que o sumagre do concelho de Foz Côa passa por ser dos melhores do mercado pela riqueza em tanino e pelo cuidado na apresentação, e refere ainda que no concelho de S. João da Pesqueira, em Vilarouco e Valongo dos Azeites, se costuma misturar a flor à folhagem na sua preparação, o que faz baixar a sua qualidade. Também no referido artigo faz referência ao aumento do preço devido à guerra, para um escudo e escudo e meio o quilo do sumagre do Douro. Deve ter sido nestas décadas de quarenta e cinquenta que se cultivaram os últimos sumagres na nossa região, pois actualmente o sumagre é apenas mais um dos muitos arbustos que enfeitam a paisagem, enriquecendo a deslumbrante paleta de cores no Douro outonal, mas também menos bem-vinda em situações de planta invasora, porém como cultivo é apenas uma memória do passado, e as atafonas que se mantêm estão também elas próprias votadas ao esquecimento e em vias de total ruína. Como memória que é e, dada a importância que já tivera, é de justiça que algo se faça para que essa mesma memória seja preservada, talvez através do recentemente criado Museu do Douro, sendo naturalmente nesse sentido que este nosso artigo está a ser elaborado.

5 – Património sumagreiro

5.1 – Atafonas existentes e sua preservação



Atafona de Avarenta, parcialmente destruída

Atafonas são os moinhos onde se processava a redução da folhagem do sumagre a pó para posterior comercialização. Sabemos de algumas poucas atafonas que, embora em semi-ruína, ainda existem na nossa região transmontano-duriense, uma em Avarenta, no concelho de Valpaços, outra em Vale de Figueira, no concelho de S. João da Pesqueira – esta muito curiosa por ter a base em xisto – e ainda uma terceira em Muxagata, no concelho de Vila Nova de Foz Côa, que é a que está melhor conservada, apesar de instalada num casinhoto de xisto transformado em loja de gado

onde coabitam dois cães, uma mula e meia dúzia de pombas... Há registos da existência nos anos vinte do século passado de cinco atafonas ainda a funcionar no concelho de Foz Côa, uma na freguesia de Mós e de quatro na própria vila. A referida freguesia de Mós era, à semelhança de Avarenta, de Tinalhas e de outras terras do nosso país, conhecida como terra de sumagreiros e uma crónica



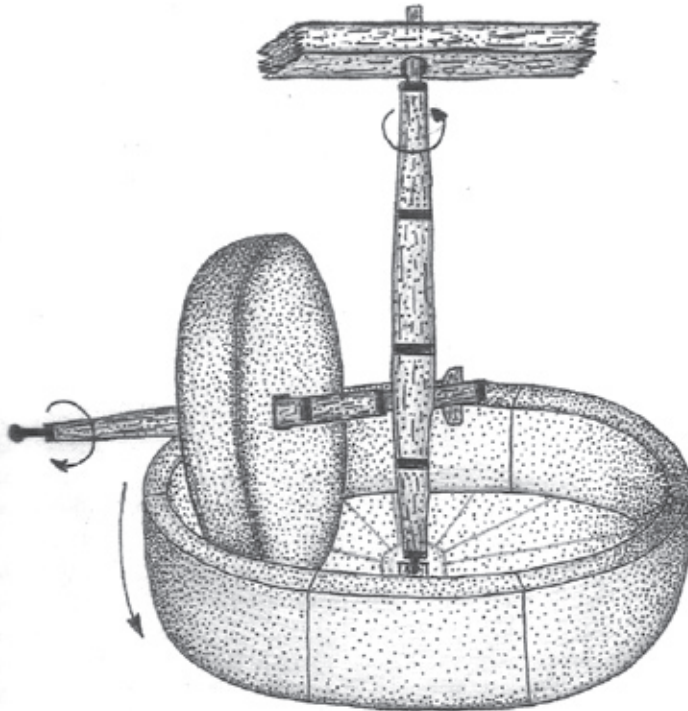
Atafona da Muxagata

do século XVIII de um fidalgo desta terra, D. Joaquim de Azevedo, a descreve como tal: «...Mós fica em um estreito valle por onde corre um pequeno ribeiro que vem de S. Marcos e junta com outro dito Escorna Bois entre montes cheios de amendoeiras e sumagres, com boas hortas, muitas cebolas e algum pão...». Mas era nos taludes soalheiros, de solos pedregosos e pouco férteis para outras culturas, que o sumagre se instalava, como vem registado noutra excelente monografia, esta sobre os sumagreiros de Avarenta no concelho de Valpaços, da autoria do Dr. Adérito Medeiros Freitas: «...Além dos sumagres espontâneos que abundam no monte



Atafona de Vale de Figueira

baldio e nas ladeiras incultas, por entre o fragoedo, havia muitos sumagres plantados por estaca, nas ladeiras mais pobres de húmus...». Nesta aldeia de Avarenta a atafona está devidamente referenciada por este autor e o município de Valpaços está atento a este raro património, mas é possível que outras existam na região



Representação esquemática, hipotética, da atafona do sumagre de Avarenta

transmontano-duriense, deixando aos leitores esse desafio. Estas atafonas podem confundir-se com os antigos lagares de azeite, dada a semelhança da mó de granito – geralmente apenas uma – e com um eixo central que é um tronco de madeira que permitia rodá-la sobre um pio geralmente também em granito – em Vale de Figueira este pio foi feito com lajes de xisto –, sendo essa grande roda puxada a força de animal, muar ou bovino. As folhagens do sumagre eram previamente secas ao sol e depois batidas com uns manguais para ficarem em pequenos pedaços que posteriormente eram moídos nas referidas atafonas, ficando reduzido a um pó que era ensacado e encaminhado para o comércio.

5.2 – Associação cultural ligada ao sumagre

Curiosamente – e como grande exemplo para nós transmontanos e durienses – é na Beira Interior, numa povoação de forte tradição sumagreira denominada Tinalhas, no concelho de Castelo Branco, que se organizou no ano 2000 uma

agremiação cultural ligada ao seu passado sumagreiro: SUMAGRE – *Associação de Dinamização e Salvaguarda Patrimonial*.

5.3 - Publicações

Em Trás-os-Montes a única referência que conheço é o título do Boletim da Junta de Freguesia de Argoselo, no concelho de Vimioso, que tem como título Sumagre, o que dá ideia da consciência que os habitantes de Argoselo têm do seu forte passado peliqueiro e sumagreiro.

Nota: Deixo aqui o meu agradecimento ao Sr. Dr. Adérito Freitas pela cedência de uma foto e um desenho. Bem haja.

Bibliografia

- Adérito Medeiros Freitas – 2006 – *Os sumagreiros de Aventura – cultura, colheita, transformação e exportação do sumagre* – Edição da Câmara Municipal de Valpaços.
- Artur Carrilho – 1940 – “Ainda o sumagre” – artigo na revista *Gazeta das Aldeias*.
- Francisco Ribeiro da Silva – 2001 – “Porto e Ribadouro no século XVII – a complementaridade imposta pela natureza” – artigo na *Revista da Faculdade de Letras*.

Os negreiros segundo Camilo Castelo Branco

*José Capelas*¹

A curiosidade intelectual e académica sobre os reflexos na Europa do tráfico colonial de escravos tem incidido quase exclusivamente sobre a acumulação de capital daí proveniente. As repercussões de carácter eminentemente social e cultural não foram alvo de grande interesse. Manifestações políticas recentes de responsáveis europeus e africanos relativas a desculpas históricas mereceram o repúdio destas últimas da parte de intelectuais. Nomeadamente com o recurso dialéctico à qualidade selvática da suposição de se estar perante a adopção do princípio da herança pelos filhos das culpas dos pais! Não obstante, os graves problemas sociais prenunciados nas manifestações esporádicas de violência física de franjas de imigração em subúrbios de capitais europeias parecem ter despertado núcleos de cientistas sociais para a história pregressa do que em nossos dias vem a culminar nessa imigração. Se pode considerar-se este um panorama geral, que dizer relativamente a Portugal, onde a simples manifestação da mais elementar curiosidade sobre o fenómeno histórico logo desperta suspeição.

Neste contexto é assinalável o projecto de investigação *Les Traités, Les Esclavages et Leurs Abolitions Dans La Construction de L'Europe* (em que estão comprometidos investigadores do CEAUP). Conforme a sua apresentação, a «escravatura e o seu tráfico transatlântico constituem, simultaneamente, factor de unificação do espaço europeu ao nível da análise global, no plano histórico, económico, cultural, mental; e factor de diferenciação, no plano das políticas

¹ Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

nacionais, na gestão contemporânea das suas heranças. Estando assim na origem do relacionamento da Europa com o continente africano, as Caraíbas e o continente americano, portanto construtores do “Sistema-Mundo”. Por sua vez permitindo afirmar-se que a Europa Moderna se elaborou e se construiu, em parte, graças ao sistema do tráfico e da escravatura transatlântica».

Esta justificação de carácter historiográfico do projecto tem toda a razão de ser e é em tal contexto que se me afigura a pertinência da chamada a capítulo da posição de Camilo Castelo Branco face à escravatura, ao seu tráfico e aos negreiros. Em Portugal, pode dizer-se que o caso de Camilo é único. Único porque aborda o facto histórico de uma forma apaixonada, aplicando critérios morais e éticos ao juízo sobre os comportamentos. Também único pela evidência em que põe a agressão daquilo que hoje designaríamos direitos da Pessoa. E o carácter onticizante das denúncias, a adopção de uma essência na questão posta pela escravidão em si mesma e pelo seu tráfico. Também o afrontamento da colonização na sua totalidade. As razões que o terão levado a exprimir-se da forma apaixonada em que o fez constituem mais uma curiosidade na abordagem da sua expressão antiescravista. Se era paixão aquilo que o levou a debruçar-se sobre os negreiros do Porto e, por via deles, sobre o tráfico de escravatura, só temos que nos regozijar pelo que isso permitiu de estímulo à aproximação da verdade em uma área historiográfica em que os pruridos de assepsia comprometem os resultados da dissecação do cadáver.

As abordagens biográficas camilianas de «brasileiros» foram classificadas *estereótipos iconoclastas*². Relativamente à biografia própria, acusado de nunca ter conseguido «libertar-se da perseguição fantasmática de um *brasileiro real* — Manuel Pinheiro Alves, estabelecido no Porto e marido de Ana Plácido, sua paixão fatal»³. De facto, podemos admitir que quando referia brasileiros, era de Pinheiro Alves, antes de mais ninguém, que Camilo estava a falar. E quando se referia a *negreiros*? Comerciante estabelecido no Porto, com fortuna feita no Brasil, ligado à navegação, fica-se igualmente com a sensação de que os *negreiros* de Camilo continuam a ser o Pinheiro Alves. Um caso passado no Porto mais nos leva a tomar como realidade essa hipótese. O caso, titulado nos jornais da época como *O Preto José Maria*, foi, segundo anúncio de o jornal *O Commercio* de 20 de Agosto de 1855, que «António de Sousa Maciel, capitão do brigue brasileiro Iris, tendo-lhe fugido de bordo o escravo, pertencente ao mesmo navio, de nome José, idade 40 anos, alto, rosto comprido e lábios grossos, pede a qualquer pessoa que dele tenha conhecimento participe ao mesmo capitão a bordo, ou ao snr. Manoel Pinheiro Alves, consignatário do mesmo navio, e receberá boas alvçadas». A 1 de

² Jorge Fernandes Alves, Percursos de um Brasileiro do Porto - O Conde de Ferreira in Revista da Faculdade de Letras — História, II série, vol IX, Porto 1992, pp. 199-213

³ Jorge Fernandes Alves, Os Brasileiros, Porto, 1994

Setembro seguinte, o mesmo jornal, em artigo de fundo, sob o título *O Escravo*, para além de informar que este tinha aparecido em Lousada, levantava a questão: *O preto está livre ou não?* Informava que o cônsul inglês se intrometiera na questão perguntando ao governador civil se em Portugal era permitida a escravatura. E que o cônsul do Brasil fizera saber ao juiz da polícia que a legislação brasileira, estando abolido naquele país o tráfico da escravatura e ser livre todo o preto escravo que nele desembarcasse, exceptuados os pretos escravos empregados na marinhagem dos navios dos países onde a escravatura era permitida. Ora o preto em causa era marinheiro do *Iris* e o capitão Maciel possuía-o conforme documento legal e em forma tal como era admitido pelo cruzeiro inglês. A acumulação de invocações argumentativas histórico-jurídicas prosseguia para concluir: «o preto José está livre». Na edição do dia 6, reiterando o título *O Escravo*, ocupando a metade superior da primeira página volta à argumentação favorável à libertação do preto. E não é inocente que a metade inferior da primeira página seja ocupada com a continuação do número anterior de colaboração sobre *Escravidão nos Estados Unidos*. Não deixa de ser assinalável que, em tal data, no Porto, um jornal diário de publicação recente, se batesse da forma que o estava a fazer a favor da liberdade de um preto escravo que tinha como executor da parte adversa um comerciante da praça. E que para o fazer fosse ao ponto de chamar a terreiro a representação consular, ela própria envolvida na questão jurídica levantada.

Ainda no jornal *A Verdade* de 24 de Setembro do mesmo ano de 1855, preenchendo a metade superior da primeira página, de novo, *O Preto José Maria*. Neste longo editorial, há, entre outras, uma farpa disparada com alvo à vista: *Espanta e horroriza, que a causa dos negreiros tenha ainda em Portugal defensores descobertos*. A metade inferior da página era preenchida com o folhetim *A Neta do Arcediago*. O espaço e o relevo dados ao incidente do escravo fugitivo nos dois jornais em cuja redacção preponderava Camilo⁴ e o envolvimento de Manuel Pinheiro Alves no caso assim como o teor da prosa levam-nos a suspeitar da mesma autoria dos artigos. A forma agressiva como Camilo trata os negreiros só é efectivamente explicável como desforço pessoal. Não nos deparamos com provas de que Pinheiro Alves tenha estado envolvido no tráfico de escravos. No caso do Preto José Maria estava a ser o «defensor» do negreiro. E não será fácil encontrar brasileiro com fortuna, como era o caso, alheio aos réditos com base na escravatura. Camilo não lhe ignorava o passado e quando lemos a acrimónia debitada sobre os negreiros somos arrastados a sentir o ódio que Camilo dedicaria a Pinheiro Alves. É o que acontece com o retrato de negreiro, pouco posterior e assinado:

O negreiro é carnívoro, e antropófago. Gosta muito de almôndegas e bife de

⁴ Camilo era director literário de *A Verdade* onde publicou, desde o nº 1 (12/12/1855), o romance *A Neta do Arcediago* e colaborava em *O Commercio*

grelha. Se o domesticam toma uma chávena de chá trejeitando caretas que fazem rir. O negreiro dá-se bem em todos os climas: o de Portugal é-lhe entre todos o mais aprazível, porque entre nós esta fera incute um grande terror. O negreiro é como o jaguar: se encontra um preto e um branco, come o preto primeiro, e o branco depois. Os negreiros europeus têm seguido o mesmo sistema de culinária. Na América devoram os pretos; na Europa, para onde vêm com os estômagos repletos, se não devoram os brancos, mangam deles⁵.

Logo a seguir:

É um ricasso, um proprietário, que tem de duzentos contos para cima. Casou ou está para casar com uma formosa menina, coração de pomba [...].

Isto (a sociedade do Porto) está muito verde. Quem de boa fé crê, nos últimos dez anos, ter-se operado uma iniciativa de reforma moral, no Porto, ilude-se. O aumento, o progresso, o ornato da terra luz somente no acréscimo de parelhas. Há mais trens, mais gozos materiais; mais dinheiro, muitíssimo dinheiro, porque o Porto é onde se corteja com mais humilhação o dinheiro. Os negreiros aposentados fogem de Lisboa, porque em Lisboa há um outro padrão onde se aferem os merecimentos. A sentina é aqui⁶.

Havidos e porventura constatados como *ad hominem*, os perfis e os atributos desenhados por Camilo sobre os negreiros são justos? Neste caso e talvez mais rigoroso: de um ponto de vista historiográfico, adequados? Camilo, ao referir os negreiros, estando a fazer História no sentido em que todo o acto humano a faz, em sentido estrito não estava a praticar Historiografia. Que estivesse, talvez estivesse a fazer da melhor enquanto enriquecia a narrativa com uma densidade sociológica susceptível de transformar a ficção em gradação superior da Historiografia. Quando Camilo escrevia sobre os negreiros ainda era tempo de tráfico de escravos se bem que residual. Desde muito se desenvolviam campanhas abolicionistas e eram numerosas as publicações periódicas portuguesas que, moderadamente embora, acompanhavam tais campanhas. Se Camilo é impulsionado ou não por emoções decorrentes da sua vida privada, isso nada importa à qualidade de justo ou de injusto que possamos atribuir ao julgamento por ele feito sobre os negreiros. Importa, sim, a acção destes. É o caso de eclesiásticos e religiosos travestidos de negreiros e actuando como tais, em muito maior número que o de confrades em trincheira adversa, estes levando a condenação daqueles até ao acto da confissão sacramental. Ao negarem a absolvição aos primeiros, produziam os segundos «estereótipos iconoclastas»?

Por outro lado, também há quem considere que, para Camilo, «um novo-rico era sempre um negreiro, um merceeiro ou um fabricante de moeda falsa.

⁵ *Nacional*, 10/08/1857

⁶ *Nacional*, 07/09/1857, sob o título *Não é Chronica*

Não conseguia sequer imaginar outra maneira de enriquecer (o que não deixa de ser um comentário melancólico sobre a economia indígena)»⁷. Não obstante a pertinência sagaz do aparte, não era a economia indígena que se alimentava do tráfico de escravos. Era a economia-mundo a alicerçar-se sobre os escravos e o seu tráfico. Camilo socorria-se da repercussão caseira do fenómeno para desforço pessoal. Acomodada pelo aparato literário, a confrontação dos negreiros representa, também por isso mesmo, a sua exposição danosa.

É o que a seguir se exemplifica com a transcrição de textos respigados da ficção camiliana.

No romance *Vingança* (1858), Camilo dedica não pouco espaço ao tráfico de escravos: Macário Afonso da Costa Penha, ao sair do café, passa junto da mesa do escritor (Roberto Soares, «escritor portuense», sive Camilo) que pergunta ao guarda-livros que o acompanha:

— *Donde é ele?*

— *Não sei: disseram-me que teve um grande estabelecimento em Buenos Aires*⁸, e alguém me disse que o conheceu no tráfico de negros. Penso que foi negreiro. Era o comendador Penha. Na continuidade do diálogo socrático que segue Camilo põe radicalmente em causa não somente a escravização como a boa moral da festejada benemerência dos negreiros. Do mesmo passo deixando à vista como, aos negreiros, além do dinheiro, lhes invejava as mulheres, ao contrário do que diz Agustina Bessa-Luis⁹.

A pátria, para ele — põe na boca do poeta, Guilherme do Amaral — é uma espécie de Vénus, como a imaginou Camões. [...] Quem pergunta onde tal homem teve feitoria de escravos? Quem lhe pede contas das colónias que mandou comprar nos mercados da sua terra?

Ninguém tem a crueldade de ferir com suspeitas, ou ainda com alusões certeiras, a reputação de um homem, que estreou o seu amor à pátria, esmolando para um asilo de caridade as migalhas que os jornais, trombetas do modernos fariseus, anunciaram ontem. Enxuga muitas lágrimas, dizem eles; e as de sangue, que eles fizeram chorar, quem as enxuga? O soro das glândulas lacrimais do preto não é pranto de homem; o azorrague que avergoa as espáduas do escravo faz espirrar sangue, e não lágrimas...

Em sangue é amassado o pão que se come nos hospitais. Não importa. Venham de lá do novo mundo para este país envilecido os capitais, tudo se perdoa aos portadores.

⁷ *Público*, 20/02/2005, Vasco Pulido Valente, *Desculpas*

⁸ A praça de Buenos Aires foi muito frequentada e abastecida pelos negreiros portugueses e brasileiros

⁹ Agustina Bessa-Luis, *Camilo, Génio e Figura*, Editorial Notícias, p. 52: “Em Camilo há um sintoma: os brasileiros. Ele inveja-os. Não por terem mulheres bonitas, mas porque são ricos”

Este dinheiro dos negreiros com que se faziam os hospitais era, portanto, ainda segundo Camilo, a *obscena pecunia* de Juvenal. O romancista explicita, logo a seguir, com a maior objectividade, qual era, de facto, a sua atitude perante os «brasileiros». Em diálogo que se desenvolve entre o poeta e o barão Penha, o primeiro pede opinião ao segundo sobre uma eventual proposta em câmaras de um panteão para todos os benfeitores de hospitais, recolhimentos e confrarias, *ainda quando se prove que os legados caritativos foram adquiridos na escravatura*. O barão responde-lhe nem mais nem menos do que exactamente com aquilo que Camilo fazia, depreciando-o: *os folhetinistas, os romancistas, os dramaturgos, ainda os filósofos moralistas de botequim são injustos e ingratos nas vaias e chocarrices com que ridiculizam os chamados brasileiros*.

Este suposto antigo negreiro «concorda» com o poeta em que de facto os ditos «brasileiros» são duplamente estúpidos porque, abandonados pela pátria, emigraram e, após muita canseira, trouxeram à pátria madastra que lhes não deu nem trabalho nem instrução *o capital que faz as indústrias [...] o capital que levantou o preço da propriedade, o capital que sustenta a vida mercantil*. Segunda vez estúpidos por se deixarem entusiasmar pelo amor da pátria, porque renunciaram aos gozos de que desfrutariam em países onde o brasileiro não é sinónimo de mercador de pretos.

Com o discurso do comendador Penha Camilo estabelece a dialéctica que enriquece a autoridade da sua posição. É assim que no prosseguimento da discussão, no ponto em que debatiam a compra/venda do título, à dúvida com que o poeta responde à pergunta: — *crê que o meu título fosse comprado com o valor de seis negros?* O comendador contrapõe: — *posso ser negreiro, e ser um homem honrado*. Ao que o poeta retroca sem ambiguidade:

— *Ao mesmo tempo não*.

Eis como Camilo deixa claramente definida a sua posição.

Afinal de contas o Penha não fora negreiro nem falso monetário. A herança que o fizera rico aplicara-a ele na manumissão de escravos e em outras benfeitorias. Utilizando o contra-luz da falsa aparência de negreiro deste comerciante para pôr em evidência a sordidez dos traficantes de escravos, acaba a figurá-lo inverosímil de todo, nos antípodas da «aristocracia merceeira» que o recebe em glória na qualidade de membro da classe enquanto accionista do Banco de Portugal e de outras companhias capitalistas. Aí se situavam os brasileiros mais dinheirosos, inevitavelmente negreiros. Nesta sociedade, *a fama do dinheiro vem adiante pregoando as qualidades do forasteiro*.

Em *Coração, Cabeça e Estômago* (1862), retomando o tema do Porto, dos seus *homens honestos* (itálico no original) e depois de afirmar que, no Porto, a palavra *honestidade* soa como *hipocrisia velhaca*, conclui: *Cansei-me de ouvir*

dizer que a segunda cidade de Portugal é um enxame de moedeiros falsos, de contrabandistas, de mercadores de negros, de exportadores de escravos e de magistrados de alquilaria. Venalidade, crueza e latrocínio são três eixos capitais sobre que roda, no entender da crítica mordente, o maquinismo social de cem mil almas.

A minha análise aprofunda mais o espírito vital do Porto.

Ali, o viver íntimo tem faces desconhecidas ao olho da polícia e da economia social. Conhecem-se as librés dos chatins de negros; discrimina-se pelo brasão o fabricante de notas falsas do outro seu colega heráldico, opulentado em roubos ao fisco; ignora-se, todavia, o mais observável e ponderoso da biografia desses vultos, que a fortuna estúpida colocou à frente dos destinos e da civilização do Porto.

Logo no ano seguinte, 1863, é publicado o título *Anos de Prosa* proveniente de folhetins começados a escrever em 1858, aquando da sua estadia na cadeia. O tempo e o lugar da redacção poderão ser explicação para a veemência da acrimónia:

No Porto dão-se as mãos a riqueza e os costumes edificativos, para se justificarem estes por aquela, e a primeira pelos segundos. A indústria é a de hoje: os costumes são os de há um século. O chefe de família, poderá ser moedeiro falso, negreiro aposentado com exercício na casa real, aliciador de escravos brancos, contrabandista tolerado.

[...] *porque esta estalajadeira (de Margaride) tinha um filho que viera do Brasil com alguns centos de contos, negociados na escravatura. E como o filho da estalajadeira não andava acostumado a comprar senão negras possantes e trabalhadoras [...]*

Aqui que ninguém nos ouve, sr. visconde, disse José Francisco muito à puridade, se não fosse aquela taponia que eu levei na costa de África, podia ter os meus quatrocentos contos; agora, mais cem, menos cem mil réis a minha fortuna há-de andar aí por duzentos contos, e se as cousas correrem regularmente, cá nos engajados, escuso de bulir no que tenho apurado.

O brasileiro José Francisco Andraens¹⁰, desde 1844 no Porto, a tratar-se, estava a aguardar *retirar-se para a província do Piauí, onde tinha a sua feira de pretos, logo que restaurasse o estômago e as mais partes circunjacentes da sua alma.*

[...]

O sr. Andraens é comendador da Ordem de Cristo, desde que o seu amigo visconde de Lagares foi nomeado trinchante da casa real. Afora isto, o brasileiro de Cozelhas, na qualidade de accionista do Banco Comercial do Porto, é orador vitalício daquela assembleia [...].

¹⁰ Com todaa probabilidade, José Francisco Mendes na vida real, testamenteiro de Manuel Pinto da Fonseca ('o meu particular amigo senhor José Francisco Mendes') — FONSECAS, na parte final deste artigo.

[...]

Um neto do governador de Cochim a disputar meças de merecimento com um chatim de negros [...] fazia espirrar sangue das costas dos escravos!... [...]

[...] essa farrapona que mendiga para uma carruagem e seis vestidos o preço dos últimos doze pretos que José Andraens mandou acorrentados ao mercado.

Camilo introduzia na ficção um grave problema social que estava a ter a maior repercussão na imprensa e que, a partir desta, podemos inferir estar a provocar não pouca inquietação nos meios políticos. Era o caso designado sistemática e repetidamente *Escravidura Branca*, em toda a imprensa. Que o era objectivamente: trabalhadores engajados (o termo utilizado) para o Brasil eram arrecadados nos navios e leiloados nos portos brasileiros de desembarque (às vezes a par com os escravos idos de África). Pagavam o custo da passagem com determinado número de anos de prestação de serviço ao fazendeiro que os «comprara» no leilão. A situação de apropriado (temporariamente embora) e as condições de viagem e de prestação de trabalho colocavam este emigrante em proximidade flagrante do escravo colonial. Acrescente-se que a este tráfico se dedicavam negreiros, navios e respectivos capitães antes aplicados no tráfico de escravos africanos. Tráfico que incidiu muito particularmente nos Açores mas também no Norte de Portugal.

Em *No Bom Jesus do Monte* (1864) Camilo salienta essa continuidade:

— Vai casar a infame! Casa com um primo rico, um celerado que traficou na escravaria negra!

— Deixe-a casar! O que se segue é que o primo continua a traficar em escravaria branca.

Em *A Filha do Doutor Negro*, publicada no mesmo ano, nova figura de negreiro a salpicar aqui e ali o entrecho do romance: Caetano Alves de Carvalho embarcou para o Maranhão, e encetou comércio de couros e campeche. Como a fortuna lhe rentasse menos que o cálculo da sua cobiça, desistiu deste tráfego, e conchavou-se com os armadores de navios para escravatura. Sairam-lhe prósperas as tentativas; e o casco, segundo a frase dele, dobrou-se no primeiro ano. Nos seguintes cinco anos, apesar de contratemplos e delapidações dos sócios, triplicou os seus haveres [...].

[...]

Caetano Alves de Carvalho, enriquecido além das suas contas, em poucos anos [...].

[...]

O Caetano, em deslocação ao Rio, estava hospedado em casa de um mercador de pretos, seu consociado na mercadoria.

Em *Os Brilhantes do Brasileiro* (1869) repõe a questão da «escravatura branca» com *Pantaleão Mendes Guimarães, quarenta e cinco anos, capitalista, armador, antigo negreiro e «engajador» moderno.*

Em *A Mulher Fatal* (1870)

[...]

Um Pacheco Valadares a correr parelhas com um José Francisco na conquista duma mulher! Um neto do governador de Cochim a disputar meças de merecimento com um chatim de negros! Um moço, no mais florido dos anos, gentil da sua pessoa, sacrificado à mazorrar caricatura, que aí está simbolizando uma fortuna tão besta quanto assinalada das vergoadas do látego com que o infame de Deus e dos homens fazia espirrar sangue das costas dos escravos!... [...]fazia espirrar sangue das costas dos negros [...].

Silvina Antunes é como ela se chama, essa farrapona que mendiga para uma carruagem e seis vestidos o preço dos últimos doze pretos que José Andraens mandou acorrentados ao mercado.

Em *Quatro Horas Inocentes* (1871),

[...]

O pai já trazia de olho uns quatro brasileiros opulentos, negreiros aposentados, com o fígado túrgido e os joanetes do tamanho dos fígados respectivos para granjear marido abastado que a indemnizasse do infortúnio de ser filha segunda em casa de morgadio.

Em *Noites de Insónia*, o conto *Aquela Casa Trista* (1872):

O «Duque» por apelido, e o Africano por alcunha.

[...]

Ergue-se o novo palácio para assinalar à posteridade que o peito moderno lusitano é ainda ilustre e empreendedor, diferenciando-se do antigo somente no que vai entre adaga e azorrague, entre acutillar o índio pela frente, ou verberar o etíope pelas costas.

[...]

E voltou a Benguela, onde tinha centenas de escravos, armazéns de café, de marfim, de gomas, e as suas vastas sementeiras sobre dez léguas circulares de terra, onde o suor da pele fusca, porejada pelo sol a pique, era um como adubo forte, um guano de sangue estilado por entre febras vigorosas e distendidas pelo látego.

Vendeu as fazendas, enfeizou as bestas e os negros, abarrotou a galera de cargação sua, esquipou a tolda, decorou de frouxéis de seda o camarim da filha, e proejou à pátria.

[...]

Um dos que morreu no naufrágio da galera do «Africano», em Cabo Verde, foi

«um homem de trinta anos, bem figurado, ares de fina raça e maneiras de cortesão, com palavras polidas e muito alheias das usuais nos homens que viandam por aquelas paragens». [...] Sei que ele cumprira sentença de três anos em Angola, porque aspirara às honras de ser rico, sem escrupulizar nos meios. [...] O seu crime foi associar-se desaproveitadamente com moedeiros falsos, prestando-se a servir de passador de notas no Brasil».

[...]

A filha do negreiro — negreiro no começo da vida mercantil, mas depois (bendita seja a civilização!) filantropo seguidor das leis humanitárias impostas pelo cruzeiro.

No *Cancioneiro Alegre* (1879), Camilo vai ao ponto de introduzir um «verso alheio» (em nota de rodapé) no poema «Viva o Progresso!» de Girão (António Luiz Ferreira Girão). O poema que Camilo apresenta ridiculariza a pretensa heroicidade dos portugueses no Oriente e o seu canto por Camões. A essa glória opõe o negócio do marfim, da pimenta, do cravo a que Camilo acrescenta o dos escravos:

Estes, sim, são heroes, pintos arranjam

Por finos estampados papelinhos

Os inocentes traficando em negros.

Em *A Corja* (1880) Camilo não refere a figura do negreiro, traficante de escravos. Não menos representativo, de um ponto de vista sociológico, introduz na narrativa um mero detalhe comportamental do quotidiano doméstico. Pascoela recolhe ao convento de Santa Clara. Leva consigo uma criada preta: *A preta não cessava de chorar; — que queria ir para o Brasil, que as moças das freiras andavam sempre a espirrar-lhe* (costume da época, espirrar à passagem de preto) *e que, se a viam vir da portaria com alguma franga, punham-se a cantar:*

Quem tem carapinha

Não come galinha.

A ama pedia-lhe que a não deixasse; dava-lhe muita cousa de vestir; tratava-a com muita intimidade, e nunca mais lhe bateu com um chicote, conforme o hábito que trouxera do Rio e conservara disciplinadamente no Porto.

Os FONSECAS

Em *A Infanta Capelista* e em *O Carrasco de Vitor Hugo* José Alves (1872), são os grandes negreiros FONSECAS, Manuel e Joaquim, os chamados à colação. O primeiro, Manuel Pinto da Fonseca, porventura o único grande negreiro invocado, até então, pelo nome próprio, na ficção portuguesa. Negreiro classificado, nos anos quarenta, no Rio de Janeiro, pelos comissários ingleses ali destacados para fiscalizarem o tráfico de escravos, como o maior deles. Regressado a Portugal em 1851, aureolado com a fama de uma fortuna fabulosa, as aquisições de quintas e

palácios faustosos aliadas a um comportamento social extravagante de novo rico, tiveram grande eco nomeadamente na imprensa. O que lhe valeu ser alcunhado de “Conde de Monte Cristo”. Camilo refere-o, nominalmente, associado ao presuntivo amigo, o conde de Baldaque: *Tal era aquele Raul, (Epifânio em A Infanta Capelista) filho único do conde de Baldaque, milionário que entrara em Lisboa com o seu sócio e amigo Manuel Pinto da Fonseca, o homem que as mulheres de carne cognominaram ‘o conde de Monte Cristo’.*

Quem era, na vida real, esse conde de Baldaque, sócio e amigo ficcionado do Manuel Pinto da Fonseca? Conde de Baldaque não consta dos nobiliários. Mas Baldaque era a mulher do Joaquim (Maria José Baldaque Carneiro e Sá Pinto da Fonseca). E o Joaquim, tal como o Manuel, regressou a Portugal se não no mesmo vapor, pelo menos no mesmo ano de 1951. Ambos expulsos pela prática do tráfico ilícito de escravos. Em *O Carrasco*, a narrativa inicia-se com cena à volta de uma mesa, em Lisboa, em 1857. Logo adiante: *o filho único do famoso capitalista conde de Baldaque, chegado da América 6 anos antes.* O Joaquim, com casa bancária estabelecida no centro da cidade, em grande evidência social, toda a gente o conhecia, no Porto. Ao Manuel, havia muito falecido em Paris, Camilo permitia-se invocar-lhe o nome e a qualidade de negreiro. Ao Joaquim, tal como fez com muitos outros, não se atreveu a tanto. Indiciava-o de forma clara com recurso a apelido da mulher e ridicularizava-o recorrendo à nobilitação vulgar de negreiros de que Joaquim não havia beneficiado. No testamento do Joaquim, do nome da viúva não consta Baldaque. Efeito da chacota provocada pela referência de Camilo? Baldaques eram igualmente quatro senhoras a quem seu irmão Ignácio deixa lembranças em testamento. Uma dessas quatro Baldaques era Júlia, irmã da Maria José, que fora casada com Constantino Máximo de Sousa Guedes, um dos Guedes que tentaram matar Camilo, no quadro da questão doméstica do Conde do Bolhão. Quem estava no centro das ligações entre toda esta gente era o rico negociante Constantino António do Vale Pereira Cabral, irmão da mulher do conde do Bolhão e tio materno dos Sousa Guedes que casou o primogénito, seu homónimo, com Sofia, filha do Joaquim Pinto da Fonseca¹¹.

Na apresentação de Epifânio, Camilo havia-o demarcado: *Naquele olhar preponderante o homem teve decerto a intenção de me querer dizer que ele era rico e filho único do conde de Baldaque, chegado, três anos antes, da América. Mas eu, da catadura soberba daquele Epifânio, logo adivinhei que ele era rico, feliz e tolo. Ali tem você um rapaz que possui, além da fortuna de não saber nada, a certeza de herdar mil contos do pai.*

Em *O Carrasco*, o filho único do conde Baldaque, de Epifânio passou a Raul. (O Joaquim Fonseca teve dois filhos varões, Joaquim e Manuel, que herdaram a

¹¹ Informação de Manuel Tavares Teles a quem este artigo fica a dever muitas outras

casa bancária do pai e, como ele, alimentaram grande evidência social reflectida na imprensa local). José Parada interlocutor do autor à presença da filha de D. Miguel relatara-lhe *as esquivanças da luveira às propostas de casamento, já com velhos endinheirados, já com rapazes de génio, e até com um rico e elegante moço que podia aspirar ao mais selecto consórcio na melhor sociedade da corte. Tal era aquele Raul, filho da condessa de Baldaque.*

Não obstante as esquivanças da luveira, sucedem-se as investidas do Raul que a determinada altura interroga:

— *Desconfiar?*

— *Sim, desconfiar que V. Exa., em sua hesitação, me dá a perceber a dificuldade de combinar o respeito, que me tem, com a explicação que me ia dar da sua riqueza.*

No final de uma das visitas de Raul à Infanta e à chegada da criadita com as marmitas do jantar, Raul apertou a mão de D. Maria José de Portugal murmurando estas palavras de modo que a criada as não ouvisse:

Eu não a mereço ... mas hei-de amá-la como um escravo, que eu tive, me quer e ama ainda hoje. E assim como o amor do escravo me faz bem à alma, pode ser que o meu amor seja na vida de V. Exa. um sentimento suave. A invocação recorrente da escravatura não é inocente. Por sua vez, a descrição que segue da vida boémia e faustosa que Raul faz em Lisboa, repõe a do «tio» Manuel nos poucos anos que aí viveu, antes de retirar para Paris, onde faleceu.

O poeta Victor Hugo procurara D. Maria José de Portugal ao tomar conhecimento de que fora ultrajada por dois biltres. Quem eram? Respondeu-lhe ela que quem sabia era o snr. conde de Baldaque. Na peroração, o poeta que, tal como o conde, também a pretendia, invoca [...] *a frente onde a mão de Deus pode ser que esculpisse a palavra GENIO ...* E acrescenta: *GENIO, — repetiu ele — só gente; coroa de conde, não; as coroas não as dá Deus; compram-se cá. Vinte negros, vendidos depois de azorragados, dão uma coroa de conde, snra. D. Maria José de Portugal. O sangue de vinte negros num prato da balança; em outro prato a coroa de conde. Aqui tem como hoje na monarquia de seu pai se forjam os grandes do reino, os senhores do novo feudo, os castelãos dos armazens de molhados, os ricos-homens que conquistaram pendão e caldeira nas arrancadas de África, nas costas da Guiné, pelos sertões dentro, à montaria das rezes negras, que se acurralam nos porões dos açougues, e se infeiram nos átrios dos palácios destes condes, destes Baldaques, destes ...*

E voltam as relações do filho do conde de Baldaque com a Infanta: Victor Hugo José Alves para Dona Maria de Portugal:

— *Quer dizer — sobreveio o poeta — que ama o conde de Baldaque?*

— *Não, senhor; quero dizer que amo a minha liberdade.*

— *E nega que ama o filho do negreiro?*

— *Quem é o negreiro?*

O negreiro era o pai do roué, cujo escravo despicou Vossa Excelência. Vai bem à filha do senhor D. Miguel de Bragança deixar-se requestar de um homem a quem seu augusto pai daria como escudo um tagante sobre as costas negras dum etíope a ressumbrarem sangue? [...] Baldaque é o negreiro, é o chatim, é o plebeu reféce.

[...]

Disse ele mais que essa pérfida havia casado no dia anterior com o filho de um negreiro que morrera conde

[...]

O filho do conde de Baldaque (que) herdeiro de mil contos morria de amores pela Infanta [...] Quando os filhos legítimos dos condes, que têm 18 avós aforados, se não desaforam confundindo nas veias dos filhos o seu sangue azul com a lama dos argentários escapados ao cruzeiro [...]

Os FONSECAS configuravam absolutamente os argentários escapados ao cruzeiro, isto é, os traficantes de escravos que haviam acumulado fortunas não obstante o cruzeiro das marinhas na caça ao tráfico ilegal de escravos.

Conclusões

Não sendo exclusiva a manifestação de repulsa por parte de Camilo Castelo Branco relativamente ao tráfico colonial de escravos, essa repulsa, claramente emotiva, expressa-se com uma veemência e uma dimensão sem paralelo.

A posição de Camilo também não se integrava ou fazia parte de qualquer movimento ou atitude com representação social.

Se bem que atribuível a foro pessoal, a atitude do romancista relativamente aos «brasileiros» em geral e aos negreiros em particular, não é por isso que deixa de constituir um testemunho perfeitamente qualificado no tempo e no espaço em que se manifesta a favor da condenação moral de um comportamento social e histórico em que, durante séculos, esteve envolvida grande parte da Humanidade.

O Segredo da Fonte Queimada de Manuel Cardoso — uma perspectiva de leitura

Maria da Assunção Anes Morais

A missão de apresentar um livro de um amigo é sempre uma tarefa difícil, mas elaborar um artigo sobre o mesmo ainda se torna o empreendimento mais delicado e crítico. No dia 21 de Abril de 2009, tivemos o privilégio de apresentar o livro *O Segredo da Fonte Queimada* de Manuel Cardoso, nosso amigo, no espaço conhecido do Grémio Literário Vila-Realense, que tem generosamente acarinhado as produções de autores, principalmente, transmontanos. O facto de termos sido convidados pelo autor muito nos honrou por ser tornar um momento especial para quem escreve e se propõe ouvir falar da sua obra. Esta função transformou-se, simultaneamente, num desafio porque nos possibilitou conhecer melhor não só um livro, mas vários livros. Obrigou-me também a descobrir uma época da qual só se conhecem alguns pormenores e características e a leitura deste romance conduziu-nos na descoberta da nossa região.

De modo a tornar o texto mais organizado e acessível, e tal como na apresentação, estruturámos este artigo em três partes.

1 — Começamos por registar, de forma breve, alguns dados biobibliográficos de Manuel Cardoso. Autor nascido em Macedo de Cavaleiros, que estudou na terra natal, passando por Coimbra, Mirandela e Lisboa, onde se licenciou em Medicina Veterinária (1986). Entretanto, ainda estudante na Faculdade, trabalhou

em vários locais. Casou nessa altura, em 1985, tendo três filhos, todos rapazes, hoje já com 22, 20 e 15 anos. Fez uma pós-graduação em Ciências Agrárias na UTAD, em 2000, e outra em Gestão e Conservação da Natureza pela Universidade dos Açores, em 2005.

Actualmente lecciona no Instituto Politécnico de Bragança – Escola Superior Agrária desde 1997 e tem exercido como médico-veterinário liberal desde que se licenciou. É, ainda, vereador da Câmara Municipal de Macedo, com os pelouros do Turismo e da Paisagem protegida da Albufeira do Azibo. Sempre gostou de ler e de escrever, redigindo artigos de opinião para jornais e revistas.

A nível de publicações, lançou um livro sobre cavalos, um *Glossário de Equídeos* e um livro de contos, *Quartzo*, pela Quarteto, há uns anos atrás. Posteriormente, publicou um livro sobre toponímia e história de Macedo, intitulado *Macedo de Cavaleiros Rua a Rua* que foi e é, na realidade, um sub produto das investigações que teve de fazer para escrever *Um Tiro na Bruma*, publicado pela Sopa de Letras, em 1997. Pela mesma editora, presenteou-nos, recentemente com o livro *O Segredo da Fonte Queimada*.

2 — Passemos à exploração do livro em questão: *O Segredo da Fonte Queimada*, cujo título já nos conduz para mistério, pois a palavra “segredo” encaminha-nos para oculto, sigilo, desconhecido, suspense. Conclui-nos cogitar num livro de aventuras, de mistérios, de enigmas... E abrindo as páginas do mesmo, dirigimo-nos para o capítulo 3, cujas personagens – o rei, o marquês de Abrantes e o Dr. Francisco – se encontram e discutem o significado da palavra *segredo*, que se torna, francamente, interessante. Ora leiam: O rei questiona o Dr. Francisco: “*Diga-me: sabe qual é o valor de um segredo? O que é que torna um segredo verdadeiramente valioso?*” (p. 38). A resposta do Dr. Francisco Fonseca Henriques não tarda a surgir: “*O que torna um segredo verdadeiramente valioso é, no meu humilde entender, e com a licença de Vossa Majestade, o poder ser revelado.*” (p. 38). E continua a explicar fervorosamente: “*Precisamente o facto de poder ser revelado, de poder deixar de ser segredo de um momento para o outro. Isso é que dá força a quem o tem ou sabe, ao segredo. Em si, pode nem valer nada, mas o poder que vem de deixar de o ser, a sua potência contida, esse é o seu valor*” (p. 38).

Afinal parece que o livro do Dr. Francisco Fonseca Henriques tem um segredo e que não pode ser revelado. O trocadinho surge mesmo nas palavras do médico:

“— *Sim, meu caro marquês, saio daqui com dois segredos: um que sei e um que não sei...*

— *Com três, caro doutor Mirandela, com três: com o que sabe, com o que não sabe e com o de que ninguém pode saber!...*” (p. 42).

Se quisermos continuar a explorar o título, então, centramo-nos em “Fonte Queimada”: O vocábulo *fonte* evoca água, vida, juventude, mas o adjetivo queimada apresenta-nos exactamente o contrário. Perante esta dualidade, vamos deixar que seja o leitor a descobrir o referido segredo, aguçando a sua curiosidade com a seguinte passagem do capítulo 3 a propósito da personagem Dr. Francisco, que chegando a casa, ajustando os seus óculos e abrindo a sua pasta, passou a revisão entre as folhas originais e verificou que faltavam as folhas que diziam respeito a fontes frias, mais precisamente Sintra. “*El-rei tinha queimado Sintra, desde o mar até ao lado de cá da serra. Tinham escapado Penafirme e Penhalonga, já fora do termo. Todo o espaço a poente tinha ficado em cinzas na braseira da sala de despacho. Que segredo haveria em Sintra?*” (p. 48). Está lançado o desafio ao leitor para tentar descobrir o enigma...

Este romance é apresentado em 13 capítulos. A história começa, sensivelmente, assim: “*Na biblioteca de um velho capitão solitário figura um livro raro escrito por um médico de D. João V*”. O enredo é encetado por um narrador, que descobrimos chamar-se Vicente, e que relata a história do seu tio Eduardo, ex-oficial do Exército, que desfrutava um livro interessantíssimo: “*Um exemplar do Aquilegio Medicinal de Francisco da Fonseca Henriques, edição de 1726, a primeira e única que se conhecia. Os lances pareceram-lhe intermináveis, aquele indivíduo de cara gorda e pêra rabicha a cobri-los uma vez após outra. Conseguira-o, por fim, por mais do que valeria no mercado imediato mas sempre seria um investimento e a realização de um sonho: completar a prateleira do século XVIII com o último que lhe faltava daquele médico de D. João V*” (p. 11).

Esse livro apresenta o seguinte prefácio também muito curioso: “*Ao Ecellentíssimo Senhor D. Rodrigo Annes, de Sá, Almeyda, e Menezes, Marquez de Abrantes, e de Fontes, Conde de Penaguião, Alcaide-mór*” (p. 11). Esta dedicatória revela-nos a importância deste livro para a época, apesar de ter um tamanho considerado de bolso. Encontramos a seguinte descrição: “*O polido da pele de cabedal, o revirar gasto dos cantos, o amassado em que se encontrava todo ele, com marcas e depressões, os vincos do interior... (...) Na dedicatória ao marquês de Abrantes, um A ornado com um vegetal e uma ave abria o parágrafo, A esse que se repetia, num duplo pavonear, no prólogo. Mas, na página 1 do texto principal, havia as armas reais, um escudo joanino coroado com um paquife opulento e ao mesmo tempo humilde, como que a querer passar despercebido... Antes dele, as páginas das licenças e depois trezentas e nove páginas de texto e índices. (...) Era um livro com classe*” (p. 19).

O médico, autor do livro, chamava-se Francisco da Fonseca Henriques, um cristão novo transmontano. Esta personagem é uma figura histórica, real, assim como o livro *Aquilegio Medicinal*. Nasceu em Mirandela, em 6 de Outubro de

1665 e faleceu em Lisboa, em 17 de Abril de 1731. Formou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra, antes de completar 23 anos de idade. Começou por exercer em Chaves, onde também exercia esse mister o Dr. José Borges Pinto. Terminado o tirocínio, regressa a Carvalhais e estabelece consultório em Mirandela em 1695. Em breve subia ao trono D. João V (1706) e o Dr. Mirandela era nomeado seu médico. Passava a ser o grande clínico e a sua reputação generalizou-se. Deu depois entrada na Real Academia de Ciências. Foi autor de vários tratados científicos que o Abade de Baçal menciona no Tomo VII das suas *Memórias*. Entre outros livros, publicou “Medicina Lusitana”, “Âncora medicinal para conservar a vida com saúde” e o “Aquilegio Medicinal, em que se dá notícia das agoas de Caldas, de Fontes, Rios, Poços, Lagoas, e Cisternas, do Reyno de Portugal, e dos Algarves”. O livro tem esse nome porque “Aquilegio” significa “legionário das águas”.

Tocando agora o tempo histórico, cuja importância é destacada: encontramos-nos no reinado de D. João V, que foi rei de Portugal desde 1 de Janeiro de 1707 até à sua morte, em 1750. Obteve o cognome de “Magnânimo” ou de “Rei-Sol Português”, em virtude do luxo de que se revestiu o seu reinado. Era um rei muito culto, pois falava línguas, conhecia autores clássicos e modernos, possuía uma boa cultura literária e científica e amava a música. Ampliou os quadros administrativos, militares e técnicos, reformou os impostos e incrementou a cultura do açúcar. Considera-se também um reinado difícil de atravessar: contrabando do ouro, dificuldades do império do Oriente, insubordinação dos nobres, quebras de disciplina conventual.

No que diz respeito aos espaços, o autor guia-nos pelas ruas da capital com tão grande pormenor que nos sentimos conduzidos pela sua mão como, por exemplo: “*numa tarde n’O Martinho da Arcada, outro num passeio ao Miradouro de Santa Catarina ou num curto trajecto entre dois quarteirões da Rua do Ouro, numa tarde de chuva, sob um toldo, ao vir da Casa Chinesa*” (p. 9) Ou ainda: “*Sentado à mesa de um restaurante dos do Bairro Alto, nos bifés de presunto ou na cervejaria Trindade, esporadicamente no Nicola*” (p. 10).

Quanto aos espaços físicos, podemos referimo-nos ao Hospital de Todos-os-Santos, cuja descrição é magnífica, pois trata-se de um edifício do séc. XV: “*Dominava o Rossio, que se tinha feito com ele, comprido e importante, impondo-se pela fachada e pela escadaria, uma larga escadaria suave de vinte e um longos degraus*” (p. 49).

A linguagem de Manuel Cardoso é de uma riqueza singular, pelas descrições pormenorizadas, pelos espaços reais enumerados, pelo vocabulário preciso, pela exactidão da história. Ora vejamos: “*Veio também uma das enormes mas habituais cartas de Chaves, do seu sobrinho, que periodicamente lhe dava conta de casos*

clínicos, negócios da família e novidades da terra. Ao lê-las recordava o sotaque, os cheiros e sabores da carne barrosa, à luz de fim de tarde na Veiga, os pastéis de massa folhada a desfazer-se na boca” (p. 92).

Quanto aos espaços geográficos, podemos fazer referência ao Brasil, Índia, Europa, Inglaterra, Galiza, Mediterrâneo. O Tejo é o centro, como lemos na passagem: *“Ali, à beira-Tejo, não se discute Portugal, nem Lisboa, nem o rei. Discute-se o mundo todo”* (p. 101). Ou ainda a descrição que corrobora esta passagem: *“Pelos tabernas e botequins falavam-se todas as línguas estrangeiras, via-se todo o tipo de indumentárias, todos os tipos físicos de pessoas: peles pálidas e sardentas do Norte, louros e ruivos, índios rubros da América e do Brasil, olhos de amêndoa da Ásia, pele de veludo negro de África, dedos compridos de seda da Índia com as unhas pintadas de Ceilão, de Malaca”* (p. 101).

Podemos ainda aludir às personagens deste livro. Centramo-nos, obviamente, na figura do Tio Eduardo: *“figura de cavalheiro, aprumado, alto, a passar da meia-idade mas muito passável por meia-idade”* (p. 7). A nível masculino, podemos ainda mencionar o Dr. Francisco e o Domingos (o criado preto), João Baptista, Luís Xavier, Gomes Freires de Andrade, entre outros. A nível do universo feminino, destacamos Maria das Mercês e Maria das Graças, D. Ana de Sá Sarmiento, Isabel Josefa, Beatriz Josefa de Vilhena e a criada Joana Margarida.

Neste livro, descobrimos também algo interessantes que são as sensações. Por exemplo, os cheiros a pimenta, cravinho, caril, gengibre: *“Deixados para trás os cheiros mais agressivos da borda de água, ignorados os dos despejos nas ruas, pairava o de açúcar torrado e de bolachas a sair do forno, de fumo de carvão e de flores”* (p. 113). Para além destas, encontramos todas as outras sensações nestas páginas d’ ***O Segredo da Fonte Queimada***.

Quanto às Fontes, podemos enumerar algumas, tais como: a *Fonte de Vale de Prados*, chamada de Santa Catarina (Macedo de Cavaleiros) (p. 11); a *Fonte da Sabuga* que brotava uma água *“boa para diarreias e intemperanças quentes”* (p. 62); a *Fonte de São Brás*, nas Berlengas: *“Uma excelente água para o gosto e leve no estômago, muito boa para todas as infecções de rins, dissolvente de pedras e cálculos de vária natureza, solução certa para dores renais e vesicais”* (p. 80). Ou ainda a *Fonte da Bica do Sapato*, a *Fonte de Arróis*, a *Fonte do Pingão* e a *Fonte do Castelo* que *“era uma fonte misteriosa que, segundo uns, não passava de uma velhíssima cisterna; segundo outros, seria um antiquíssimo túmulo infiltrado de águas subterrâneas”* (p. 63).

Sendo uma perspectiva subjectiva de leitura do romance, deixa-se em aberto a possibilidade de várias interpretações e caminhos. Fica a certeza que o romance de Manuel Cardoso estimula o leitor para o conhecimento de outros livros e de outras épocas.

3 — Certamente este livro *O Segredo da Fonte Queimada* convidar-nos-á para a descoberta da nossa região, Trás-os-Montes, que continua a surpreender-nos com nomes e mentes que fizeram história ao longo da História. O livro *Aquilegio Medicinal* que nos fascina pelo seu conteúdo, motivou o autor Manuel Cardoso, conseguindo ficcionar toda uma história em torno dele.

Além disso, não temos dúvidas do valor documental desse livro como um marco da história dito como negro, que retrata as perseguições, as prisões, os julgamentos e os autos-de-fé levados a cabo pela Inquisição. Em contraponto, o espírito da personagem principal do romance, Francisco Fonseca, o Dr. Mirandela, é um homem das Luzes, um iluminado, que sobreleva sobre a sociedade lisboeta da época e que fica intrigado pela censura ao seu livro e nomeadamente às páginas que o Rei lhe pede para retirar.

O Segredo da Fonte Queimada traduz a felicidade que a personagem/escritor manifesta perto do fim da história (p. 154): a alegria de ver o seu livro impresso. E o enigma é revelado mesmo no final: “*Em Sintra há uma fonte de água crassa e maligna*”.

Este livro é um convite à descoberta do nosso cantinho transmontano e da nossa História, património único e incomparável.

O escritor Manuel Cardoso merece as nossas felicitações: pelo contributo das suas ideias, pelas suas descobertas e ensinamentos partilhados com todos os que assim queiram ler esta obra. Em nome de todos, o nosso agradecimento por enaltecer a nossa região.

Sacralizando o espaço

*Ricardo Ferreira de Almeida**

Este texto resulta de uma pesquisa documental suportada por trabalho de campo no distrito de Vila Real. Aqui levantamos a problemática do uso social do espaço e sua associação a dimensões culturais localizadas que ganham lugar de destaque no calendário religioso e profano, trazendo uma série de exemplos da etnografia transmontana para ilustrar o nosso argumento.

A principal forma de locomoção do ser humano foi pedestre. Mesmo com o aparecimento e desenvolvimento dos meios de transporte e das vias de comunicação, os caminhos que prevaleceram foram os descobertos e experimentados pelos indivíduos, as deslocações seguras e curtas, eleitas de acordo com os critérios da época. Deslocar-se significa possuir um objectivo pessoal e a viagem simboliza a passagem e a mudança, com todos os seus imponderáveis, dificuldades e ansiedades.

Os estudos relativos ao uso do espaço cobrem uma vasta área de conhecimento nas ciências humanas. Desde a perspectiva que o encara como lugar onde se realiza a marca do sagrado pelas hierofanias e cosmogonias criadoras e sinalizadoras do seu sentido religioso, passando pela cartografia dos locais suportada pela memória e nela sedimentada pelo uso continuado, este assunto tem sido objecto de múltiplos enfoques por parte de todos os quadrantes disciplinares. Ponderando

* Sociólogo

a deslocação de grupos organizados com propósitos específicos como elemento de preocupação sociológica, consideramos o uso do espaço na nossa problemática por este facultar um conjunto manifestações expressivas que a caminhada autoriza. Nela se revelam processos mnemónicos basilares para a construção de uma ideia de espaço, ela simboliza a sua marcação pela apropriação que a caminhada denuncia, ela constrói uma cartografia sedimentada na memória socializada pelo colectivo e que o indivíduo reproduz e ensina a quem o acompanha. Mas a caminhada encerra vários perigos, pois parte-se em relação ao desconhecido que o correr do tempo amplifica.

Conta-se que o caminho percorrido de madrugada a pé para a Senhora da Saúde, em São Lourenço, Sabrosa, era dos mais tortuosos, pois as bruxas ou outros espíritos irrequietos vinham confundir os peregrinos, trocando-lhes o norte. Também se diz que a Senhora da Saúde teria aparecido em cima de uma carvalha onde a cada sexta-feira saía uma pomba branca para purificar uma fonte onde se iam lavar os “engaranhados”, título que se dá na zona duriense àqueles que sofrem de problemas de desenvolvimento. E ainda hoje é vulgar encontrar pessoas a ir buscar água, lavarem-se ou a lavarem filhos ou parentes nesse pequeno tanque, comprovando o valor simbólico da água como elemento purificador.

A lavagem joga com o aleatório e a adivinhação, uma vez que os pais que intercediam junto da santa pela cura dos descendentes, atiravam uma peça de roupa ao tanque. Se boiasse, a salvação e a cura estariam próximas e a criança revigora. Se afundasse, as esperanças terminavam ali mesmo.

Esta é uma festa bastante popular nas zonas limítrofes do concelho de Sabrosa, a quem os peregrinos acorrem todos os anos e se regalam a deglutir fartas merendas na envolvente do santuário, aguardando pela música que alegra o recinto, assim como pelo andor da Senhora da Saúde que surge em procissão pejado de notas em sinal de pagamento de promessas. No dia consagrado fazem-se duas procissões, uma de tarde e outra de manhã, e o pecúlio obtido fica para a comissão de festas.

Se a romarias satisfazem os objectivos de cumprir uma promessa que envolve dedicação ao sacrifício pessoal, o culto religioso em montanhas acrescenta-lhe a questão da penitência sofrida na ascensão ao cume. Na região duriense podemos encontrar uma série destas manifestações, mas vamos começar pela Senhora dos Prazeres, em Chã, concelho de Alijó.

O culto à Senhora dos Prazeres foi oficializado por Roma em 1747 a pedido de D. João V, conhece grande importância nos meios rurais do espaço português e apresenta-se como uma das invocações mais antigas relativas ao culto mariano no nosso país. Anualmente, no primeiro domingo de Julho, se pode comprovar a sua importância no panorama religioso do Douro. A festividade da Nossa Senhora

dos Prazeres em cima da elevação topográfica que os locais dizem ter a forma de “cunha” e por isso lhe chamam Monte da Cunha, pode estar relacionada com a continuidade do culto oriental à Lua que os hebreus já realizariam no Monte do Sinai ou “Monte da Lua” e que para os fenícios significaria a celebração religiosa do início das ceifas, sendo uma festa de agricultores. De facto, entre os muitos ex-votos colocados na igreja, encontram-se imagens de porcos ou vacas ofertados pelos proprietários rurais de gado, facto que para a aldeia vizinha de Pegarinhos não é estranho, pois na festa local do Senhor dos Aflitos era costume o padre da freguesia proceder à sua bênção. Os locais comentam que, há uns anos, os habitantes da Chã tentaram virar a imagem da santa para si mas ela adquiriu vontade e voltou-se para Alijó, mantendo-se a disputa do local da sua pertença entre as duas localidades e a necessidade das sete irmãs se verem umas às outras: a Santa Eufémia, da Lavandeira, concelho de Carrazeda de Ansiães, a Senhora da Assunção, em Vilas Boas, concelho de Vila Flor, a Senhora dos Remédios em Lamego, Santa Comba, no Franco, concelho de Mirandela, Santa Bárbara em Favaios e Senhora das Dores no Castedo, em Cotas. Há cerca de cinquenta anos, saía uma procissão de São Mamede de Ribatua, outra de Carlão e uma outra de Santa Eugénia, vindo a confluir a Alijó às cinco da manhã, seguindo depois em direcção ao Monte com diversas paragens para descanso e alimentação. Os treze quilómetros do percurso, que duravam cerca de três horas a percorrer, passavam pelo Pousadouro, Ribeira, Vale da Cabra, Burneira e acabavam no Monte da Cunha. Também em Lamego um culto a Santo Estêvão antecedeu a actual romaria no cume da Senhora dos Remédios.

Em 1361, no então conhecido Monte de Santo Estêvão, o bispo D. Durando mandou erguer uma capela dedicada a um dos primeiros mártires do cristianismo, morto por apedrejamento. Mais tarde, na segunda metade do século XVI, D. Manuel de Noronha manda-a demolir para construir uma outra devotada à Virgem Maria na invocação à Nossa Senhora dos Remédios. Como se sabe, o culto mariano é incipiente na Europa até ao século XII. O grande mentor foi São Bernardo ou Bernardo de Claraval, grande animador da segunda cruzada em 1147 e divulgador da Ordem do Templo em 1130 com o seu *De laude novae militiae ad Milites Templi*. Em 1761 inicia-se a construção da Igreja no antigo local da capela de Santo Estêvão e já no século XX se conclui a enorme escadaria que se sobe a pé ou de outras formas possíveis de locomoção para pagar as promessas feitas. A importância desta festa é enorme, sendo ocasião para o encontro de tocadores de concertinas e bombos, que, em rusga a lembrar os tempos passados, alegam os peregrinos e vão percorrendo o tempo e o espaço enquanto sublinham a singularidade musical e festiva do Douro. De idêntica ascensão ao cume, a Festa da Senhora da Piedade em Sanfins do Douro, concelho de Alijó, apresenta características similares.

Das mais conhecidas da região, esta festa é centenária. Segundo consta, a primeira romaria data de 1829 em período conturbado da história portuguesa, as guerras liberais. Era costume que a sua preparação fosse feita com banhos no rio, hábito de higiene que muito provavelmente acontecia anualmente e reunia grupos de pessoas que, após terem amolecido com água as carnes raspavam a sujidade entranhada com seixos. A caminhada para a igreja onde descansa a imagem da Senhora da Piedade faz-se a custo, adivinhando nas margens cheias de mato um caminho em desuso mais íngreme e estreito e deixando para trás as estações da via-sacra pontuadas por cinco capelas menores com cenas da Paixão de Cristo. Sensivelmente a meio deste percurso, a Gruta da Senhora de Lurdes traz-nos de volta um exemplo de culto animista que a Igreja Católica colonizou, sacralizando lugares e práticas religiosas. No seu interior e bem perto da nascente de água, a Virgem de branco e com um enorme colar que lhe chega a meio das pernas, assiste uma crente de braços abertos. Dentro do edifício principal, os discípulos e profetas São Paulo e São Pedro aparecem, um de cada lado, com a Senhora da Piedade ao centro agarrando Jesus Cristo. A conhecida arrematação do andor e que conhece na actualidade uma enorme disputa em torno de questões como o prestígio social e a exibição de poder económico, só conhece o seu início em 1952. Os dois grupos, o Velho e o Novo, disputam por dezenas de milhares de euros o transporte em todas as procissões dos festejos do andor de Nossa Senhora da Piedade, cujo peso ultrapassa os 900 quilogramas. Após a arrematação do andor, sucede-se a Procissão do Encontro. A imagem da Santa desce do santuário até ao povoado aos ombros do grupo vencedor. Ao mesmo tempo sai uma procissão da Igreja ao seu encontro. Enquanto os foguetes vão rebentando no ar e ao toque de silêncio dado pelos bombeiros locais, é-lhe trocado o manto com que se apresenta durante todo o ano no santuário pelo manto de gala de veludo azul e bordado a ouro.

Em Murça encontramos outro exemplo de culto ao divino em elevações. O Morro de São Domingos tem relação estreita com a festa que se faz em baixo, na vila, uma vez que a procissão à Senhora dos Aflitos percorre duas vezes a distância compreendida entre estes dois lugares. Nesse local onde termina a procissão de sábado, realiza-se uma missa campal em pleno santuário de São Domingos. No domingo, regressa a Murça integrada num desfile que envolve Bandas de Música, Escuteiros e Ranchos Folclóricos, entre figuras religiosas. Com duração de cerca de uma semana, é uma festa muito concorrida pelos habitantes do concelho.

Mas nas margens dos rios também se domesticam espaços e são profusas as informações sobre a religiosidade das comunidades piscatórias portuguesas. Barqueiros, aldeia do concelho de Mesão Frio, tem especial veneração a São Bartolomeu, a quem faz uma das maiores festas das redondezas.

São Bartolomeu terá sido Natanael Bar-Tolmai, um dos doze apóstolos

evangelizador da Arábia, Mesopotâmia e Arménia, esfolado vivo e crucificado por ter difundido o cristianismo. É representado carregando a própria pele no braço e que muitas igrejas ocidentais dizem possuir como relíquia, a faca do martírio e o diabo encadeado durante o ano inteiro, mas que se solta neste dia 24 de Agosto pelo espaço religioso português. A ele liga-se também a faceta de exorcista, curador da gaguez e dos maus sonhos ou das tentações do demónio. A sua relação com as águas é interessante de mencionar, assim como a crença de que São Bartolomeu teria sido marinheiro, segundo os populares dessa aldeia.

Os locais têm especial veneração neste santo, que dizem ser o principal responsável pelo afastamento das cheias do Rio Douro da aldeia, assim como o tratamento carinhoso com que o tiram do seu altar antes da procissão, recorrendo a uma escada e transportando-o até ao chão, abraçando-o. Além disso, o facto de um armador estranho à população ter sido atingido acidentalmente pela faca de São Bartolomeu na cabeça enquanto o retirava do nicho onde descansa em figura, transforma-o numa figura presente, viva e próxima dos habitantes.

A procissão sai do Lugar da Capela da Senhora dos Navegantes, sobe até ao local onde existem umas alminhas em Vale Moreira e torna a recolher na Igreja de São Bartolomeu, sem que antes as sirenes dos Bombeiros Voluntários de Mesão Frio toquem durante uns minutos perante as imagens colocadas nos andores viradas para o Rio Douro, pedindo ajuda divina para os navegantes do Douro como já o haviam pedido em tempos para os barqueiros dos barcos rabelos que sulcavam as suas águas. O último a sair e o primeiro a entrar, São Bartolomeu “*vai de ré*”, como comentam os autóctones. Se nos lembramos do paralelismo e quase osmose que o santo possui com o diabo, podemos aventar como hipótese explicativa desta expressão a corruptela da locução latina “*vade retro satanás*” suportada pela relação entre este santo e o deus Romano Vulcano, manipulador do fogo destrutivo a quem, a 23 de Agosto os romanos celebravam a *vulcanalia*. Outro ponto que coloca a hipótese da continuidade de um culto colonizado pela igreja com novos nomes e significados, mas vincado na religiosidade popular, é a romanização da península.

A presença humana no espaço duriense foi constante e marca significativamente a história da região. Se recuarmos até à Idade do Ferro¹, iremos encontrar alguns dos seus vestígios. Em Cotas, no concelho de Alijó, é conhecida uma estação

¹ Designa-se por II Idade do Ferro ao período que corresponde na Península Ibérica à instalação das comunidades de origem continental. Nas regiões meridionais, este período corresponde à fase posterior à retirada dos colonos tírios e conseqüente queda do reino de Tartessos, e à chegada da influência cartaginesa. A Idade do Cobre aponta a 5000 a.C., a Idade do Bronze a 4000 a.C. e a Idade do Ferro a 3000 anos a.C.

arqueológica a que os locais chamam “Castelo dos Mouros”². Conheceu invasores romanos e consta que tenha sido tomada por uma das suas célebres *villa*, devido ao facto de se terem encontrado no local peças de cantaria, uma coluna e blocos de xisto argamassados, entre outros rastros. Presume-se que a construção sobre este possível aglomerado castrejo³ se fez para armazenar vinho ou cereal. No mesmo concelho, mas em Pegarinhos, encontram-se indícios da mesma tipologia que os diversos lagares cavados nas rochas atestam, assim como nas aldeias vizinhas de Vale de Mir e Castorigo, ou em Goujoim e São Martinho das Chãs, no concelho de Armamar. Também o povoado chamado Calábria, em Almendra, concelho de Vila Nova de Foz-Côa, terá sido ocupado desde o período proto-histórico até à Alta Idade Média, altura em que Fernando II de Leão doa as suas ruínas ao Bispo de Ciudad Rodrigo. Em 1171 este importante centro político-religioso já não existiria.

Durante a romanização foram produzidos alguns dos textos que nos permitem formar uma ideia sobre os povos que os romanos vieram encontrar. No entanto, como o conhecimento era transmitido oralmente, nomes, locais e toda a cultura autóctone foram convertidos para a língua latina dos colonizadores. Mas não foram estes os únicos povos a habitar o Douro, pois os Suevos no século V, os Visigodos no século VI, os Muçulmanos entre os séculos VIII e o século XI, que muitas vilas amuralhadas da região comprovam, também contribuiriam para esta “longa tradição de abertura e miscigenação”, como defende um autor duriense.

Julga-se que os romanos teriam sulcado o Douro em embarcações⁴. O seu

² Arqueologicamente, um castro (crasto, castelo dos mouros, couto dos mouros, citânia, cerca, cidades, castelejo, castelares, castelos) é um vestígio de uma povoação fortificada, amuralhada com uma ou mais fileiras de pedras, um ou mais fossos, e quase sempre no topo de um cabeço, monte com cume arredondado e algumas vezes com encosta íngreme, geograficamente adequado para o domínio da paisagem local e uma observação à distância. Nesta cultura castreja, as casas possuíam planta circular, com cerca de 5 metros de diâmetro. Suas paredes eram formadas por pequenas pedras unidas com cascalho, sem qualquer argamassa. Possuía piso de saibro batido; em seu interior, num canto, uma lareira, revestida de argila; ao centro, um buraco para um poste que suportava a estrutura de cobertura, de colmo, material perecível e de formato cónico. Na parte da frente um átrio, algumas vezes com um forno ou forja.

³ Em Cidadelhe, Mesão Frio e em Palheiros, Murça, locais que visitamos, encontram-se exemplos de castros onde foram feitas escavações.

⁴ A propósito de embarcações, não nos podemos esquecer do barco rabelo e das múltiplas formas de usar o espaço fluvial. O barco rabelo utiliza um só leme auxiliado por remos, não tem quilha, característica comum aos barcos de rio ou montanha, e é construído em tábuas sobrepostas de madeira de pinho, castanho para os cascos e linho ou vários lençóis cozidos para o velame, traços que denunciam uma possível ancestralidade nórdica, nomeadamente viking. O barco tem quatro corridas de madeira de cabo a rabo, duas cimadeiras de castanho e as fundeiras de pinho, todos os anos composto, repregado, coberto de estopa, encharcada em breu e sebo, e envernizado. A bordo organizavam-se refeições, uma vez que o barco possuía local próprio para o efeito, com um buraco para deixar escapar para a água uma brasa que saltasse. Os rabelos desciam à vela e subiam à sirga, com auxílio de animais e homens ou, no pior dos casos, a remo. E como se fazia a passagem de uma margem para a outra do rio? Através do uso das barcas. Estas eram pequenas jangadas destinadas à travessia de pessoas, animais e mercadorias entre as margens,

testemunho encontra-se na região, nomeadamente num espaço bem conservado que pode ser apreciado pelos visitantes. Situada entre a Serra do Marão e os rios Tâmega e Douro, chamava-se Tongóbriga e data do século I d.C. Ptolomeu nomeia a cidade de Tuntóbriga, situando-a entre Douro e Minho, integrada no território dos Callaeci Bracari. Ocupava cerca de 30 hectares e, comparativamente a outras cidades romanas, pode ser considerada de médias dimensões com áreas habitacionais que albergariam cerca de 2000 a 2500 pessoas, guarnecida de fórum, termas, basílica, teatro e circo. De igual forma, a presença de legiões romanas na Península Ibérica no ano 218 a.C. para combater cartagineses, galaicos, astures e cantábros, e a instalação de acampamentos de Inverno nos vales do Rio Douro certificam-no. Outros vestígios podem ser apontados, como a Fonte do Milho em Canelas (Peso da Régua), muito degradada depois de uma primeira investigação na década de 50 do século passado.

Voltando a Barqueiros e ao culto a São Bartolomeu, a associação de Vulcano à Bona Dea, venerada a 4 de Dezembro pelas matronas romanas e de devoção exclusivamente feminina, põe-nos a pensar seriamente. A cobra que surge associada à sua figura, símbolo lunar por excelência, leva-nos a concluir que este culto teria sido transformado no da Senhora da Conceição, um dos mais antigos da península na adoração a Nossa Senhora. Se a festa de São Bartolomeu é organizada por homens, em contraposição à da Senhora da Conceição, cultuada identicamente naquele local a 8 de Dezembro, e que o nosso informante explica pelo facto de ser preciso muito trabalho para angariar os recursos necessários à sua consecução, uma Procissão de velas, terço e sermão, na noite que antecede o festejo, é da responsabilidade das mulheres.

Outros elementos de comportamento a que surgem associadas as romarias são a sesta e as refeições comunitárias em torno do espaço do edifício religioso,

arrematadas periodicamente pelos pretendentes ao lugar de barqueiro de passagem. Muitas vezes os proprietários pernoitavam nas margens do rio em barracas improvisadas, esperando serviços combinados para horas menos próprias. Desde que há registos da sua existência, podiam ser de carga, carroto, do condado, taverneiras ou almadias, de origem árabe. Em séculos anteriores eram feitas de cortiça e ligadas com paus para o transporte de odres de vinho, vinagre, mel e sacos de sumagre, mas no século passado eram fabricadas em madeira e moviam-se com auxílio de remos. A importância das barcas de passagem era tal que em 1479 foi despoletado um conflito entre concelhos vizinhos. O Conde de Marialva, reunindo um grupo de homens, queimou a barca de Moncorvo substituindo-a pela de Vila Nova de Foz-Côa, no Porto da Veiga. Os cais onde atracavam as barcas eram compostos por uma rampa pedregosa, uns toscos pilares de madeira que sustentavam um estrado e umas estacas ao alto para a atar a barca. Em Mesão Frio conta-se que foram mandados ali construir uns pilares por Dona Mafalda, na zona de Barqueiros. Segundo as profecias, o seu filho haveria de morrer pela água, facto que motivou a supersticiosa construção de uma ponte naquele local. De facto um dos herdeiros de do Rei Afonso Henriques diz-se que morreu naquele local e a ponte nem sequer chegou a ser feita. Os seus pilares foram transformados numa pesqueira.

costume que parece ter sido adaptado e introduzido pelos judeus marranos. Em Louredo, Santa Marta de Penaguião, no dia 2 de Fevereiro, o culto à Senhora das Candeias leva pessoas ao seu espaço para assim celebrarem o início do ciclo de geminação, condensando no seu culto a prática da comensalidade e o consumo de géneros alimentares.

Esta é uma festa de fim de Inverno, bem próxima do Entrudo, e representa o final do período de quarenta dias em que, simbolicamente, Nossa Senhora Mãe de Jesus se apresenta no templo para ser purificada após a concepção de Cristo. Foi das primeiras festas protegidas pela Igreja de Roma em honra de Maria, suspeitando-se que já existiria entre cristãos orientais desde o século IV, celebrada primeiro em honra de Proserpina ou Persephone para os gregos (*proserpere* em grego significa “despontar”) ou da deusa Fébrua, mas sofrendo correcções litúrgicas pela autoridade papal da altura.

No Louredo a festa compreende uma missa da parte da manhã e arraial e leilão da parte da tarde. Durante a eucaristia há uma procissão de velas que, após benzidas, são levadas para casa para servirem de futuro amuleto. No seu final, o povo estende-se pelos campos comendo dos farnéis trazidos de casa mas, com o passar dos anos, perdeu-se o costume de oferecer e leiloar raminhos de papel entre namorados, embebidos em cera e exibindo quadras amorosas.

Idêntica associação à comida se encontra em Vila Real. No início do mês de Fevereiro, ouvindo os sinos a repicar, os locais repetem ao seu compasso: “*Vamos ao São Brás de cu ao para trás/buscar uma gancha para o meu rapaz*” ou “*Vamos ao São Brás de cu ao para frente/buscar uma gancha para a minha gente*” procurando na Vila Velha a tão famosa gancha, guloseima em forma de báculo de bispo. Esta é conotada com o órgão sexual masculino que os rapazes oferecem às raparigas após estas lhe terem ofertado o pito e resulta do enrolamento de açúcar em ponto e enfeitada com uns papéis coloridos.

Segundo as crónicas escritas, São Brás morre no início do século IV e é celebrado anualmente a 3 de Fevereiro. A sua origem é oriental, como tantos outros da igreja católica, mais propriamente na Ásia Menor. Médico, foi eleito Bispo de Sebaste, convertendo-se em eremita que homens, animais e anjos consultavam. A sua ligação aos animais é demonstrada em alguns milagres: retira a espinha de um peixe da garganta de uma criança, devolve a uma idosa um porco tresmalhado, é procurado pelo governador da Capadócia para encontrar animais selvagens para um circo, entre muitos outros milagres. É ainda patrono dos cardadores, atributo que a sua iconografia identifica com os instrumentos daquela profissão, e dos porqueiros, que a cabeça e as patas do porco devoluto na sua cela são exemplo. São Brás e Santa Luzia, um celebrado com missa e peregrinação à pequena capela na Vila Velha onde muitos asseguram estarem enterradas e esquecidas as antigas

portas da vila e a segunda em Vila Nova, duas das localidades mais antigas dos arredores de Vila Real e que a ancestralidade do orago assim confirma, representam, na cultura popular, um par de namorados que serve de modelo comportamental aos códigos da sedução erótica bem presentes, extrapolados para a sua utilidade e prática sociais.

Em Vila Nova um doce tradicional é rei, feito à base de abóbora, açúcar e canela que recheia uma massa de farinha de trigo unida em quatro pontas, simulando um guardanapo que resguarda uma merenda: o pito. Esta guloseima de origem conventual pensa-se ter sido idealizado por uma freira natural desta aldeia onde a cada 13 de Dezembro se celebra a festa de Santa Luzia, mártir do início do século IV. Este culto profano encontra-se inserido numa estrutura de rituais pejados de referências associadas à fertilidade evocadas de modo obsceno e que o pito é sinal evidente, pontuando também aqui a prodigalidade ritualista do Nordeste Transmontano no seu ciclo de Inverno que só na Quarta-Feira de Cinzas após o Enterro do Entrudo que abre as portas à Senhora Quaresma se encerra. Convém salientar que se encontram antigas memórias do culto a Santa Luzia (lux=luz, em Latim) na Europa do Norte onde, a 13 de Dezembro, jovens empunhando círios anunciavam a proximidade do solstício de Inverno comprovando, ainda, a sua associação deste culto solar à luz e que um fresco do século XV presente na cripta da Catedral de Atri em Itália, representando-a com círios, é sinal, assim como os seus atributos iconográficos: um par de olhos numa bandeja que Lúcia arrancou e que voltaram às suas órbitas cranianas, tal qual a luzerna ou círio. Importa também referir que existe memória do culto a Santa Luzia em Vila Real no início do século XX na zona do Pioledo, entretanto completamente modificada em relação ao seu aspecto arquitectónico. Mas uma vez que falamos em doces regionais de Vila Real, não podemos esquecer o cavacório.

“Ana, Magana, Rabeca, Susana, Lázaros, Ramos na Páscoa estamos.” É assim que os locais contam as semanas em falta até chegar o dia da Festa de São Lazaro, na quinta semana após a Quarta-Feira de cinzas que institui a Quaresma. Lázaro era irmão de Marta e Maria e foi ressuscitado por Jesus Cristo após ter sido sepultado, episódio contado no Antigo Testamento e no evangelho de São João que relata a sua ressurreição com as palavras de Jesus Cristo “Eu sou a ressurreição e a vida, aquele que crê em mim viverá para sempre”.

Nesta altura do ano é costume os locais descerem à Rua dos Ferreiros para comprar os “cavacórios”, um doce feito à base de claras de ovos fritas em azeite e cobertas com açúcar branco a imitar nervuras. Mas os locais evocam o santo como padroeiro das “bexigas”, nome dado à varíola pela cultura popular, atribuindo a forma funda que a cicatriz deixa no rosto à mesma que os doces possuem e levantando similitudes com a lepra que, erroneamente, não fez padecer Lázaro

como marcou o martírio de Job ou que os evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas relatam sobre as curas do profeta. O Lázaro leproso era o mendigo que comia as migalhas que sobravam de um homem rico. Quando os dois morreram, o pobre foi para o céu e o rico para o Inferno. Daqui nasceu aquilo que se chama o “Mal de São Lázaro”. As suas representações mais antigas encontram-se no século III, com Cristo a assistir à sua ressurreição enquanto segura na mão direita uma vara semelhante à de Hermes, que utilizava para conduzir as almas até ao Hades.

É unanimemente considerado por muitos estudiosos que o ciclo de Inverno que se inicia com o equinócio de Outubro é um período de algazarra e excesso. Em Parada do Bispo, perto de Lamego, a festa em honra de Santa Eufémia é exemplo de uma das primeiras utilizações excessivas de proteínas que a conhecida “Marrã” oferece. Dispondo de mesas e assadores no local, os peregrinos revezam-se na assadura das carnes suculentas de porco.

Sabemos que Eufémia de Calcedónia foi condenada à morte por Prisco, sem que antes fosse longa e penosamente martirizada. No seu padecimento final, e após ter sobrevivido à sedução erótica dos algozes e à roda de fogo, sucumbe pela espada, uma vez que os leões ataçados à sua carne flagelada não a consumiram mas sim a dos culpados pelo seu padecimento. Contudo é intrigante notar que para muitos autores exista uma relação estreita entre Eufémia do culto católico e Cibele do romano, a quem os habitantes da península ibérica também veneravam e que se pensa advir de um antigo culto sírio da Grande Deusa Mãe Castradora. Com efeito, Cibele também era conhecida pelo nome de Salambo que, traduzido para púnico-fenício daria qualquer coisa como “a que monta leões”. Nos tempos mais arcaicos seria uma divindade andrógina e fecundadora dos elementos Terra e Água e Senhora das Florestas e das Montanhas, com cultos orgiásticos que levavam à alucinada castração de rapazes impossibilitados de possuir a Mãe Natureza. Estas celebrações religiosas envolviam o derramamento de sangue pelo sacrifício de touros ou bodes onde se banhavam os que a veneravam. Os judeus foram identicamente seus adeptos, associando o seu culto de Sabaoth a Sebasius, parceiro de Cibele e continuando a realização de refeições sagradas durante o ritual. Uma dúvida permanece: seriam os judeus marranos e o cripto-judaísmo responsáveis pela introdução e desenvolvimento do culto a Eufémia com consequente utilização da carne de porco? Fica a pergunta no ar...

Com este conjunto de exemplos colocamos na discussão sobre a temática do uso do espaço uma série de informações etnográficas que julgamos serem importantes para quem se dedica ao estudo destes assuntos.

Perto da Aldeia, Longe da Aldeia: Sobrevivências e desistências do mundo rural em alguma poesia portuguesa contemporânea

Rui Lage

Os tempos querem-se hoje cosmopolitas e europeístas. Mas o nosso país carrega ainda, à semelhança de outros países europeus, o pecado original da assimetria entre o litoral (quase exclusivamente) urbano e o interior (cada vez menos) rural. Este desacordo ou desencontro entre os dois mundos não passou despercebido à poesia ocidental e à literatura em geral. Durante séculos, senão milénios – pelo menos desde Hesíodo – essa oposição fez fortuna com o velho binómio ou antítese cidade/campo. No seio dessa bipolarização insanável, a cidade foi sendo figurada como o lugar da agitação mundana, do bulício do comércio e dos negócios, da azáfama das praças e dos *boulevards*, da torpeza e do vício dos *bas-fonds*, das “flores do mal” e do *spleen* (com Baudelaire), dos “prédios sepulcrais” e das ruas à luz do gás (com Cesário Verde), mas também o lugar da dissolução do indivíduo nas águas indistintas do anonimato, e, depois da Revolução Industrial, o lugar onde os seres humanos se viram progressivamente reduzidos a meros insectos no reino incontestado das “máquinas febris” de que, em 1874, nos falava Guilherme de Azevedo no seu livro *Alma Nova*. O campo, por contraponto, detinha o valor de espaço de retiro, de refúgio, de tranquilidade, de comunhão com os ciclos naturais, de meditação solitária no seio de uma natureza aprazível

ou amena, de fuga à náusea urbana e ao desconcerto do mundo, lugar de *aurea mediocritas*, ou mero cenário enfeitado de pastores melífluos e ninfas “fermosas”, fonte inesgotável em cujas plácidas águas foram beber incontáveis écloas, idílios, silvas ou bucólicas. Entre nós, desde o *Cancioneiro Geral* de 1516, com as “Trovas que Nuno Pereira mandou a Francisco da Silveira”, por exemplo, até Alexandre Herculano e ainda em Cesário, passando por Sá de Miranda ou Francisco Rodrigues Lobo, era comum o “elogio da vida campesina” e a exortação ao *fugere urbem*. Não se tratava pois do campo real, mas de um campo ideal, ou até desse artifício refinado que respondeu pelo nome de Arcádia. E mesmo quando começou a ser também, gradualmente, o campo da fome e da miséria, da rudeza e do tédio, essa fome e essa miséria transformavam os camponeses não em esfomeados e em pobres, mas em heróis de uma gesta sobre-humana (e não rigorosamente humana). À medida que — timidamente — os homens e as mulheres do campo deixavam de viver numa perpétua *aetas aurea*, imunes à sujidade e vileza do mundo, eram transformados em protagonistas de uma epopeia telúrica, e assim sucedeu ainda durante a primeira metade do séc. XX.

Quando António Manuel Pires Cabral (n. 1941) se estreou, em 1974, tudo isso mudou. O programa estava contido no título *Algures a Nordeste: catálogo de simples, feios e humildes*, que arredava logo à partida qualquer suspeita de bucolismo ou idealismo. Antes dele também tinham vivido e escrito no Interior Norte dois poetas que marcaram a poesia e a cultura portuguesa da primeira metade do século XX: Teixeira de Pascoas e Miguel Torga. Foi neste contexto que A. M. Pires Cabral (assim passaria a assinar os seus livros) teve de escrever, suspeitamos, contra Pascoas, e, estamos certos, contra Torga, sem deixar por isso de fazer a devida vénia ao poeta nascido em S. Martinho de Anta, ao qual se refere, em *Arado*, como “a terra feita voz.// Sem frio, sem fadiga/ou morte alguma”¹. Porque quer Torga quer Pascoas não tinham libertado o mundo rural da carga mítica e simbólica acumulada ao longo de séculos, carga essa que, em vez de humanizar as gentes do campo, as desumanizava. Se Pascoas adoptou por vezes uma óptica panteísta, esvaziando os camponeses de substância, transformando-os em gente de nevoeiro ou em signos de uma meta-realidade oculta, Torga, em modo tardo-romântico, não raro fez das fragas do Marão e do cenário rural transmontano um palco onde encenou a génese da sua alma de poeta predestinado: “Serra, seio de pedra/ Onde mamei a infância”²; “Vou erguendo o meu hino/ Como levanta a enxada o cavador!”³. Os dois, cada um no seu universo particular, continuaram a idealizar quer a paisagem natural quer a paisagem humana.

¹ PIRES CABRAL, A. M., 2009 – *Arado*, Lisboa, Cotovia, p. 51.

² TORGA, Miguel, 2007 – *Poesia completa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, Vol. 1, p. 248. Versos do poema “Marão”, vindo a lume em *Diário III* (1946).

³ TORGA, 2007: 237

Em plena década de 40, os poetas da geração dita neo-realista figuravam o mundo rural como uma prisão cruel, cenário de injustiças sociais em cujo cerne grassava uma luta entre proprietários e lavradores. A figuração desse sistema feudal, dessa dialéctica hegeliana entre senhores e servos, não raro tendeu ora para a ingenuidade ora, como assinalou Joaquim Manuel Magalhães, para a demagogia ideológica⁴. Basta atentarmos na sequência de poemas de Fernando Namora intitulada “Terra”, que inaugura o *Novo Cancioneiro* (colectânea de dez livros de poesia publicada em Coimbra entre 1941 e 1944), para nos apercebermos de que o campo aí não passa de uma cerca que retém os camponeses aquém do “verdadeiro” mundo – o da cidade e do litoral – tendo para oferecer somente “pinhais, matos, charnecas e milho/ para a fome dos olhos”⁵. Por essa razão, a vinda de “engenheiros e máquinas estranhas” é vista como uma bênção libertadora, fazendo nascer a sede de uma fuga pela “estrada branca e menina” e pela “terra livre e fácil como o céu das aves”, rumo ao progresso e a um futuro melhor⁶.

A nossa poesia continuava, portanto, sem uma voz que resgatasse os camponeses ao estatuto de “bons sauvages” em perfeita sintonia com a mãe-natureza, que furtasse a gente do campo à retórica revolucionária, ao papel de simples peões numa epopeia telúrica ou de figurantes ao serviço de vocações messiânicas, à condição de “almas rústicas, agrestes,/ pintadas a cal e a vinho,/ a arder nas penas celestes/ da térrea paz de um caminho”⁷, e fizesse dela “apenas” gente, como A. M. Pires Cabral fez em 1974 com os ciganos no memorável poema do seu livro de estreia, de que citamos apenas os últimos três versos: “Vejo-os vir dos lados de Grijó/ e estão todos de frente para mim/ e parecem-me gente – nada mais”⁸.

Outros poetas posteriores a Pascoaes, a Torga e à geração dos neo-realistas foram versando o mundo rural sem caírem nos clichés do passado, mas não fizeram disso um programa, um verdadeiro desígnio, como aconteceu com A. M. Pires Cabral. De entre esses poetas destaca-se, desde logo, Armando Silva Carvalho (n. 1938), nome importante anterior em quase uma década a A. M. Pires Cabral. Foi Gastão Cruz que notou, num ensaio intitulado “O Campo e a Cidade na Poesia de Armando Silva Carvalho”, como a dicotomia cidade/campo encontra um novo espaço de confronto na obra deste poeta desde o seu livro de estreia, *Lírica*

⁴ MAGALHÃES, Joaquim Manuel, 1981 – Os dois crepúsculos. Sobre poesia portuguesa actual e outras crónicas, Lisboa, A Regra do Jogo, pp. 216-217.

⁵ NAMORA, Fernando, 1989 – Terra (1941) in “Novo cancionero”, pref., org. e notas de Alexandre Pinheiro Torres, Lisboa, Editorial Caminho, p. 103.

⁶ NAMORA, 1989: 104.

⁷ TORGA, 2007: 248.

⁸ PIRES CABRAL, A. M., 2006 – Antes que o rio seque. Poesia reunida, Lisboa, Assírio & Alvim, p. 26.

Consumível (1965), chamando a atenção em particular para um notável soneto do livro *O Comércio dos Nervos* (1968) onde se trata a questão da migração das populações do interior para o litoral⁹. O tema será retomado em livros subsequentes de Armando Silva Carvalho, a par do movimento de sentido inverso representado pela vaga de emigração dos anos 50 e 60, fluxos migratórios e emigratórios dos quais resultou quer a desertificação quer a descaracterização do interior, como se pode ler num poema de *Alexandre Bissexto* (1983): “Também aqui a natureza está em trânsito/ e nada prende os novos à enxada./ A própria vida lírica invade os velhos/ que tosse e conspiram contra o mundo/ com uma militância já desencantada./ Chegam cartas de França e vão ao Canadá/ para visitar os netos que são bonecos vivos/ e têm uma voz que não entendem./ Crescem casas berrantes entre os eucaliptos”¹⁰. Mas também se faz contas ao desaparecimento do mundo rural na própria poesia contemporânea. Se os poetas já foram “pastores de ovelhas/ líricas” e andaram “como tontos/ pelos currais/ com o cajado platónico/ no braço”, vieram depois “pelos montes/ cheirar cidades nuas/ e não houve quem não tropeçasse/ no hálito doente/ que exalavam as ruas.// Donos de um gado débil/ bucolizando um pouco/ morrendo a pouco/ e pouco”, pode ler-se em “A Écloga” de *O Comércio dos Nervos* (1968)¹¹. De tal ordem que a proverbial quietude da aldeia equivale agora a uma “paz de pasto/ já submisso”, a uma “paz de pus/ de pranto”¹².

Através da corrosão de formas canónicas ligadas à poesia bucólica, como a écloga ou a fábula, Silva Carvalho empregará o seu discurso subversivo quer ao serviço da sátira da “baixa poesia/ dessas liras urbanas”¹³ tangidas por poetas que nutrem ideias pré-concebidas acerca do campo, quer do esgotamento do solo poético da aldeia por via da sua exploração intensiva ao longo de séculos (reduzindo-a à “matrona exausta” do poema “Aldeias”¹⁴). Gastão Cruz termina o seu ensaio com a transcrição, a título exemplar, da “Fábula” de *Os Ovos D’Oiro* (1969). Trata-se, na verdade, de uma “anti-fábula” onde aquilo que seria um diálogo entre dois animais, num cenário bucólico, com vista à produção de uma sentença ou aforismo moral, se transforma numa muito prosaica cobrição de uma vaca por um boi a ponto de a vaca se indignar com tal “Corno-/gráfica maneira/ de tratar do leite”¹⁵. A única moral desta inaudita fábula é não haver moral nenhuma: “Assim

⁹ CRUZ, Gastão, 1999 – O campo e a cidade na poesia de Armando Silva Carvalho, in “A poesia portuguesa hoje”, 2.^a ed. corrigida e aumentada, Lisboa, Relógio D’Água, p. 150.

¹⁰ SILVA CARVALHO, Armando, 2006 – O que foi passado a limpo (1965 – 2005), Lisboa, Assírio & Alvim, p. 306

¹¹ SILVA CARVALHO, 2006: 100.

¹² SILVA CARVALHO, 2006: 148. No poema “Aldeias” de *Os Ovos d’Oiro* (1969).

¹³ SILVA CARVALHO, 2006: 59. Do livro de estreia *Lírica Consumível* (1965).

¹⁴ SILVA CARVALHO, 2006: 146.

¹⁵ SILVA CARVALHO, 2006: 155.

¹⁶ SILVA CARVALHO, 2006: 156.

falou/ o boi/ Assim se foi/ e veio um/ novo”¹⁶. Tem todo o cabimento contrapor, a esta fábula de Armando Silva Carvalho que é anti-fábula, a “Anti-Écloga”, assim mesmo intitulada, de José Miguel Silva (n. 1969), cujo discurso escarninho (e a espaços humorístico) encerra todo um programa de recusa do campo e de visceral adesão à cidade que não releva somente de uma concepção social e antropológica mas também de um credo poético:

A verdade é que também as urtigas
me aborrecem. Esta doçura dos pássaros,
a silvestre quietude da tarde atravessada
pelo balido das ovelhas, grandes imitadoras
de Edith Piaf, tudo isso não chega a ser
tão daninho como a luz de um semáforo
vermelho, mas um pouco de sangue
na biqueira do sapato faz-me falta.
Faz-me falta praguejar, ter um lago
de cimento onde cuspir, obstáculos
de fogo, fantasias, a metralha dos calinos.
Não me sinto nada bem com a doçura,
com a paz dos ermitérios, de onde Deus
se retirou há quinze anos. [...]
a conclusão é que não sei caminhar sem sapatos
que me apertem. [...] Detesto confessá-lo,
mas eu sou da cidade até à raiz do terror¹⁷.

José Miguel Silva encontra-se inequivocamente longe da aldeia, optando por perpetuar a redução do campo a uma caricatura e escolhendo ignorar que também no campo os sapatos apertam (se é que não apertam mais que em qualquer outro lado), e que também aí grassa o desencanto, a angústia, a violência, a ruína e a morte.

Já António Manuel Pires Cabral trouxe o quotidiano das gentes do interior do país, em toda a sua crueza, realismo e desassombro, para dentro da poesia, num gesto inédito e corajoso. E fê-lo não a partir de um grande centro urbano, no litoral, mas sim a partir *do e no* interior, mantendo-se fiel a uma vida pessoal e profissional em Trás-os-Montes, o que significa que a resistência contra o olvido de “uma região banida”¹⁸ se reveste de um claro sentido ético, e pressupõe um compromisso para com o presente histórico desse “outro” país, compromisso

¹⁷ SILVA, José Miguel, 2002 – Ulisses já não mora aqui, Lisboa, & Etc., pp. 31-32.

¹⁸ MAGALHÃES, 1981: 216.

esse que não passa nem pela tentação do discurso regionalista nem por subtilezas decorativas ou traços paisagistas. A. M. Pires Cabral reconduz e devolve o mundo rural à sua materialidade, isto é, à sua humildade, dignidade e integridade. Destas qualidades é que emerge, enxuto, o peso espiritual e anímico da *terra mater*, que dispensa tanto os arroubos messiânicos quanto o *pathos* revolucionário. Passa em revista, ou cataloga, quer os homens e as mulheres “simples, feios e humildes” – os lavradores, os jornaleiros, os ceifeiros, os emigrantes, as azeitoneiras – quer os marginais ou os marginalizados – os doidos, os ciganos, as prostitutas, os velhos, os mendigos.

É da maior importância ter em conta que o mundo rural de hoje já não é o mundo rural de meados dos anos 70, época da publicação de *Algures a Nordeste*. A Revolução dos Cravos pôs a nu a realidade de comunidades que viviam isoladas e abandonadas à sua sorte no país agrícola, quase inacessível, parado no tempo. A adesão de Portugal à União Europeia em 1986 veio abolir as fronteiras e permitir que agriculturas modernizadas e mais competitivas saíssem vitoriosas sobre a agricultura de subsistência, como a nossa, ainda presa a moldes arcaicos. O mundo rural nunca mais seria o mesmo. Em países menos competitivos os agricultores passaram a ser uma espécie de jardineiros da natureza mais do que verdadeiros produtores, ora subsidiados para cultivarem, ora subsidiados para não cultivarem as terras dos seus antepassados, ao sabor das oscilações do mercado comum. Estas mudanças (e outras) foram encontrando eco nos sucessivos títulos de poesia de A. M. Pires Cabral: “noutros tempos”, lemos, “era o arado que rasgava a terra,/ Fazia dela um ventre aconchegado” – mas “isto foi no tempo em que havia agricultura/ nos gestos quotidianos dos homens/ e das mulheres”¹⁹.

Em Joaquim Manuel Magalhães (n. 1945), à pureza e à verdade do campo, associadas à infância e à juventude, opõe-se um “litoral delapidado/ na sevicia de comércios recentes”²⁰. O passado no campo, lugar por excelência da descoberta e da consumação do amor, enquadrado pelas rotinas agrícolas e pelos ciclos da natureza, surge, por contraste com um presente vivido na “clausura urbana”²¹, como paraíso perdido. A partida para a cidade equivale a uma partida para o exílio, instante em que o verdadeiro país, terra amorosa, amável e amante mais que terra mater, fica irremediavelmente para trás. A perda da infância campestre representa uma catástrofe que lança o sujeito num mundo distópico: “tudo em ruínas,/ a infância, o país perdido”²². Se antes era possível contemplar “a carroça parada no cortelho

¹⁹ PIRES CABRAL, A. M., 2009: 11.

²⁰ MAGALHÃES, Joaquim Manuel, 1985 – Segredos, sebes, aluviões, 2.^a ed., Lisboa, Presença, p. 38.

²¹ MAGALHÃES, 1985: 69.

²² MAGALHÃES, 1985: 69.

(...)// A flor do caramujo, os chamiços,/ o tronco podado do marmeleiro,/ o tecto com a fuligem da sopa”, artefactos e seres vivos iluminados pela presença do ente amado, agora, lê-se, “o desamor é quem caminha (...)// Agora entre palavras sem retorno/ a montra refrigerada do talho/ junto de uma cabine telefónica”²³. Não está aqui em causa qualquer bucolismo saudoso ou auto-indulgência nostálgica, nem há qualquer apelo ao fugere urbem no sentido de, regressando ao campo, reconquistar o paraíso perdido, porque, na verdade, também o mundo rural contemporâneo foi saqueado ou sequestrado em nome do progresso, também a província esbarrou num beco sem saída: estagnou a “água sã” que “vinha no trote de moças e de burros/ de fontes e noras ao entardecer”, e o lume antigo que estalava, metáfora de tudo o que era puro e bom, “plásticos e alumínio já o extinguiram./ E a emigração. E as fábricas em série./ E o horizonte de silos de gente. E intermediários./ E cidades findas ao fim dos escritórios”²⁴. No desterro urbano, espécie de inferno tecnocrático, o exercício de recordar o passado campestre torna-se demasiado doloroso: “Pego no comprimido. Ele tem de martelar/ este cabouco de memória”²⁵.

Se é o desespero que, na poesia de Joaquim Manuel Magalhães, alimenta a representação do mundo rural, em António Osório (n. 1933), notoriamente no seu livro *A Ignorância da Morte* (1978), o campo surge-nos como uma afirmação de vitalidade, beleza e virtude que cumpre enaltecer, um lugar onde o humano é mais humano. Não é a voz do sujeito que fala: o sujeito, pelo contrário, retira-se (levando com ele a primeira pessoa do singular) para emprestar a sua voz, num acto de generosidade, às coisas e aos seres mais simples e frágeis, quer animados quer inanimados, pondo a falar aquilo que não pode falar. Fala o tractor: “tenho um veio de dolorosa, serena/ transmissão. Custa levar de rojo/ uma vaca à cova. Esmaguei já/ uma perna. Detesto o peso do reboque./ Cinco anos e ainda não percebo estas/ sujas peças que rodam em mim”²⁶. Dá-se voz ao fazendeiro “com coelhos, ovos,/ patos, novinhos, que alimenta/ e trata como filhos/ de outrem, a seu cargo”²⁷. Não há por isso contraste com uma vivência urbana, embora esteja implícita, no seu amor incondicional aos ritmos e padrões da natureza, senão uma recusa, pelo menos um distanciamento ou uma reserva face à civilização da tecnologia e da velocidade, que passa, ruidosa, ignorando o quotidiano do mundo rural. Para que aconteça o reencontro, sem mediação, com uma natureza esquecida, há que cuidar,

²³ MAGALHÃES, Joaquim Manuel, 1993 – A poeira levada pelo vento, Lisboa, Presença, pp. 46-47.

²⁴ MAGALHÃES, 1993: 71.

²⁵ MAGALHÃES, 1993: 71.

²⁶ OSÓRIO, António, 1999 – A ignorância da morte, in “Barca do Mundo I”, Lisboa, Quetzal, p. 112.

²⁷ OSÓRIO, 1999: 107.

com desvelo, da “raiz afectuosa”, título do seu livro de estreia (1972): o vedor, por exemplo, “tem nas mãos/ uma haste de oliveira.// porque procura encontrar/ água dentro de si”²⁸.

Porque o interior do país é hoje um espaço despovoado e envelhecido, o “algures a Nordeste” é cada vez mais um “resistir a Nordeste”, enquanto não se torna em “nenhures a Nordeste”. A *terra mater* “já é só um resíduo de alvoroço”²⁹. A poesia de A. M. Pires Cabral foi-se tornando, por isso, progressivamente mais céptica e pessimista, e, nos dois últimos livros, *As Têmporas da Cinza*, em 2008, e *Arado*, em 2009, de pendor niilista. Constatada a fractura incurável entre o homem e a natureza, a sua poesia recente aparece-nos repleta de lições de finitude e mortalidade colhidas do interrogatório a um Deus surdo e mudo, indiferente à sorte dos homens, ou produto do diálogo, unívoco, com os seres mais insignificantes: “(...) tenho notado que perco/ sempre que me meço/ seja com que animal for”, lemos num poema de *Arado*³⁰. A consciência da ruína e do desaparecimento do mundo rural tal como o conhecíamos agudiza-se porque nos é dada por analogia com a consciência da precariedade do corpo do próprio sujeito poético. Acontece, portanto, uma identificação do corpo do sujeito com o corpo de um mundo rural condenado a desaparecer, reduzido a pequenas memórias (menos de catálogo que, agora, de álbum íntimo) e a pequenos sinais ou objectos: “ao arado/ que de facto arou”, mas que hoje é “poleiro improvisado./ pasto de ferrugem e carcoma./ lenha em breve”³¹. Nos últimos títulos de A. M. Pires Cabral, quer o campo quer o sujeito despedem-se, e assistimos ao crepúsculo do país interior – político, cultural, social, geográfico – dentro do país interior do sujeito.

Se José Miguel Silva, como vimos, nega estatuto poético – ou pelo menos relevância ou pertinência poética – ao campo, outro jovem poeta, Rui Pires Cabral (n. 1967), optou, desde o seu livro de estreia, em 1994, não pela fuga da cidade para o campo, mas pela fuga de uma cidade rodeada de campo por todos os lados, Vila Real, para uma série de cidades por si eleitas capitais da solidão – fuga a uma juventude emparedada pela serra do Marão: “às vezes era doloroso viver atrás/ das montanhas, pressentíamos a distância do mundo como uma faca”³². Os olhos procuram focar um horizonte desprovido de qualquer resquício de campo, que seja a antítese deste. Não se procura um sentimento de pertença. O campo não é, em Rui Pires Cabral, terra de origem, mas terra de onde se parte como quem parte do passado, e em ruptura com ele, de relações – de raízes – cortadas. Talvez em

²⁸ OSÓRIO, 1999: 153.

²⁹ PIRES CABRAL, A. M., 2009: 14.

³⁰ PIRES CABRAL, A. M., 2009: 34.

³¹ PIRES CABRAL, A. M., 2009: XXXX.

³² PIRES CABRAL, Rui, 1997 – Música antológica & onze cidades, Lisboa, Presença, p. 49.

busca de identidade, mas de uma identidade que levite acima do “solo arável” que dá o título ao segundo livro do seu pai A. M. Pires Cabral, na esperança de, não pertencendo a lugar algum, pertencer, através da solidão, a todos os lugares, de ser, como no poema “Tudor”, “a quieta província dos outros”³³. E, não obstante, no livro *Capitais da Solidão*, de 2006, numa dessa grandes capitais onde se é sempre estrangeiro (sobretudo de si mesmo), outro tempo chama, afinal, pelo sujeito, numa súbita intromissão da *terra mater*: “Mas numa esquina/ inopinada a nossa casa (onde só podemos ser/ o que fomos) chama por nós de outro tempo,/ de outro meridiano: uma casa com hortas/ e fuligem, árvores de fruto, família, fumeiro”³⁴. Longe da aldeia, portanto, mas com a aldeia por perto do coração.

Como vimos, a poesia de A. M. Pires Cabral nem se encontra perto nem longe da aldeia, mas dentro dela. E longe da aldeia pode significar, na verdade, perto da aldeia. Joaquim Manuel Magalhães ou Armando Silva Carvalho, falando a partir da cidade, geograficamente arredados do campo, estão, em muitos dos seus poemas, de tal modo próximos do seu passado campestre que lhes é quase insuportável o peso da memória, agravado pela consciência de que esse mundo se encontra desfigurado. E a poesia de Rui Pires Cabral, pela fuga da aldeia rumo às capitais da solidão, acaba por revelar, afinal, um conflito mal resolvido com o passado.

“Algures a Nordeste”, apesar da referência a um espaço geográfico definido, significa em simultâneo, por via do advérbio, uma localização indefinida. Se “algures a Nordeste” é, como escreveu Joaquim Manuel Magalhães, onde quer que a vida e os homens resistam, então algures a nordeste pode ser, por exemplo, algures no concelho da Covilhã, na aldeia serrana de Casegas onde, em 1939, nasceu Arnaldo Baptista Saraiva, cidadão do mundo que soube o que é estar perto e sabe o que é estar longe da aldeia.

³³ PIRES CABRAL, Rui, 2005 – Longe da aldeia, Lisboa, Averno, p. 24. É o título deste livro de Rui Pires Cabral que serve de mote ao título do presente texto.

³⁴ PIRES CABRAL, Rui, 2006 – Capitais da solidão, Vila Real, Teatro de Vila Real, p. 10.

A Festa de Santa Eufémia em Almodena

Quando se fala de festas religiosas na cidade de Vila Real, vêm primeiramente à ideia as do Corpo de Deus e do Senhor do Calvário, como momentos mais altos da folhinha. Depois, um pouco mais timidamente, lembram também o São Brás e o Santo António. E há ainda outras que, de tão humildes, não chegam a lembrar. E todavia realizam-se entre nós desde tempos imemoriais e vão resistindo como podem ao apagamento e erosão quase gerais a que este tipo de manifestações estão sujeitas.

Uma delas é a Santa Eufémia, que se realiza em 1 de Novembro no Bairro de Almodena, com missa, procissão — e comezaina de marrã no adro da capela de Nossa Senhora de Almodena.

Curiosamente, um dos textos que publicamos neste número da Revista (“Sacralizando o espaço”, da autoria do sociólogo Ricardo Ferreira de Almeida), alude ao culto à mártir Santa Eufémia, morta em 304 às ordens do imperador Prisco, e ao consumo da marrã relacionado com o seu culto em Parada do Bispo, Lamego. Coincidência sem dúvida oportuna.

Entre nós, a festa de Santa Eufémia não atingirá a popularidade da de Parada do Bispo. Mas realiza-se, e Duarte Carvalho, sempre atento a todas as manifestações colectivas da sua cidade e região, oferece-nos neste número uma reportagem que servirá para lembrar aos vila-realenses esta festa que passa despercebida a muitos.

Duarte Carvalho, quando nos descrevia a festa, usava mais ou menos estas palavras: «Missa e procissão misturadas com fumo e, confesso, um apetitoso cheiro a carne na brasa.» É pena que a arte fotográfica não permita (ainda) transmitir o cheiro apetitoso a carne assada. Mas o resto está lá tudo, nesta reportagem de Duarte Carvalho, de quem já temos publicado (e havemos de continuar, seguramente, a publicar) outras reportagens sobre as nossas terras e as nossas gentes.

AMPC

























Sumário

- Imagens de Camilo e do seu Mundo
João Bigotte Chorão 3
- *Tombo heráldico do concelho de Vila Real*
Joaquim C. Barreira Gonçalves 7
- O ideário republicano em Vila Real
Joaquim Ribeiro Aires 12
- A extinta cultura do sumagre em Trás-os-Montes e Alto Douro
José Alves Ribeiro 27
- Os negreiros segundo Camilo Castelo Branco
José Capelas 36
- *O Segredo da Fonte Queimada* de Manuel Cardoso
— uma perspectiva de leitura
Maria da Assunção Anes Morais 49
- Sacralizando o espaço
Ricardo Ferreira de Almeida 55
- Perto da Aldeia, Longe da Aldeia: Sobrevivências e desistências
do mundo rural em alguma poesia portuguesa contemporânea
Rui Lage 65
- A Festa de Santa Eufémia em Almodena
Fotografias de Duarte Carvalho 74